

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**TRAMITAÇÃO DE PROCESSO**

**PROCESSO Nº 09/2022**

**OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, PARA SUBSIDIAR PROJETOS DE ENGENHARIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL.**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS**

**Nº 02/2022**

**VALOR TOTAL ORÇADO:**

**R\$ 1.721.852,25 (UM MILHÃO SETECENTOS E VINTE E UM MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).**

**PRESIDENCIA.**

## SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre/MG, aos 19 de Janeiro de 2022.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, PARA SUBSIDIAR PROJETOS DE ENGENHARIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL**, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo licitatório visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,



Moacir Franco  
Diretor Executivo da AMESP

Ao  
Ilmo. Sr.  
Wagner do Couto  
Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.



CÓDIGO:

**AME-G/DOC/LIC/01-00**

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**  
**EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**DOCUMENTO  
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO É COMPOSTO POR 23 (VINTE E TRÊS) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 16 (DEZESSEIS) FOLHAS, O ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 2 (DUAS) FOLHAS, ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI COM 2 (DUAS) E O ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T. COM 3 (TRÊS) FOLHAS.

**CLIENTE:**

**CONSÓRCIO AMESP**

**Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP**

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

**TERMO DE REFERÊNCIA: "ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES"**



**1. DADOS DO EMPREENDIMENTO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Licitação:	<b>Ensaio de caracterização e investigação do solo</b>
Local:	Região abrangida pelos municípios integrantes da AMESP
Município:	Municípios diversos - Sede em Pouso Alegre / MG
Estado:	Minas Gerais
Cliente:	<b>CONSÓRCIO AMESP</b> <b>Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí</b>
CNPJ:	<b>20.362.307/0001-40</b>
Responsável Técnico:	<b>Carlos Henrique Amaral Rossi</b> Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho CREA-MG: 46.052/D / RNP: 140295523-5
ART nº:	<b>MG20220858477</b> (REGISTRADA EM 18/01/2022)
E-mail:	eng.carlosrossi@gmail.com icthys@icthysengenharia.com
Telefone:	(35) 3025.6092
Celular:	(35) 99730.8483 / (31) 98766.8483
Data:	18 de janeiro de 2022

**2. INTRODUÇÃO**

Trata-se de Serviços de Engenharia Consultiva para elaboração de termo de referência, planilha orçamentária atualizada, utilizando-se as referências governamentais e cotação de mercado (quando não houver índice de referência), para a realização de processo licitatório para Registro de Ata de Preços a ser realizado pela AMESP.

**3. OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

**4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS:**

As especificações a seguir têm por objetivo estabelecer normas e procedimentos que devem ser obedecidos pela Empresa Contratada, nos trabalhos a serem executados. A não observância desta especificação implicará em suspensão temporária dos serviços e respectivos pagamentos, até que ela seja observada ou haja suspensão definitiva pelo Município Contratante, com as penalidades cabíveis. Integram este projeto os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Especificações Técnicas;
- Composição de BD;



**Item 4.1 – Mobilização, instalação e desmobilização, para execução de sondagem à percussão (NBR 6484:2021):**

A mobilização compreende o deslocamento da equipe de sondagem e respectivos equipamentos e ferramentas tendo como referência, a sede da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP), localizada em Pouso Alegre/MG para as cidades e distritos onde a sondagem será executada.

Caso a empresa contratada estiver sediada em outro município o valor da planilha deverá ser considerado para atendimento ao item, não considerando adicionais para distâncias maiores entre a cidade de Pouso Alegre e os municípios que compõem a associação. Neste item estarão inclusos todos os gastos necessários a mobilização e desmobilização para a execução da sondagem, tais como transporte, alimentação e estadia de pessoal.

**Nota:** Para efeito de medição do item 4.1 será considerado o deslocamento da equipe para a execução de no mínimo 3 furos.

**Item 4.2 – Perfuração de solo sondagem à percussão (NBR 6484:2020):**

A sondagem à percussão deverá ser executada conforme a NBR 6484:2020, a partir da locação dos furos feitos pelo contratante, bem como do fornecimento do croqui de locação destes para que a contratada conclua o relatório de sondagem.

**Item 4.3 – Desmontagem, transporte e montagem de equipamentos de sondagem a percussão por furo:**

O item 4.3 compreende nos serviços desmontagem, transporte e montagem do equipamento dentro de um mesmo lote ou obra, assim como em lotes na mesma localidade.

**Item 4.4 – Mobilização de equipamentos de sondagem a trado (NBR 9603:2015) DN 20 cm.:**

A mobilização compreende o deslocamento da equipe de sondagem e respectivos equipamentos e ferramentas tendo como referência, a sede da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP), localizada em Pouso Alegre/MG para as cidades e distritos onde a sondagem será executada.

Caso a empresa estiver sediada em outro município o valor da planilha deverá ser considerado para atendimento ao item, não considerando adicionais para distâncias maiores entre a cidade de Pouso Alegre e os municípios que compõem a associação. Neste item estarão inclusos todos os gastos necessários a mobilização e desmobilização para a execução da sondagem, tais como transporte, alimentação e estadia de pessoal.

**Nota:** Para efeito de medição do item 4.4 será considerado o deslocamento da equipe para a execução de no mínimo 3 furos.

**Item 4.5 – Perfuração de solo sondagem a trado (NBR 9603:2015) DN 20cm:**

A sondagem a trado deverá ser executada conforme a NBR 9603:2015, a partir da locação dos furos feitos pelo contratante, bem como o fornecimento do croqui de locação destes para que a contratada conclua o relatório de sondagem.

**5. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA EFETIVAÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS.****5.1. DO LOCAL:**

Os serviços serão executados em regra nas dependências da CONTRATADA, e abrangerá os Municípios Consorciados. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

**MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP**

BORDA DA MATA  
BUENO BRANDÃO  
CACHOEIRA DE MINAS  
CAREÁQU  
CARMO DA CACHOEIRA  
CAMANDUCAIA  
CONGONHAL  
CONCEIÇÃO DOS OUROS  
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO  
ESTIVA  
INCONFIDENTES  
IPUIUNA  
JACUTINGA  
MONTE SIÃO  
NATÉRCIA  
PARAISÓPOLIS  
POCO FUNDO  
SANTA RITA DO SAPUCAÍ  
SÃO BENTO ABADE  
SÃO JOÃO DA MATA  
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA  
SENADOR AMARAL  
SENADOR JOSÉ BENTO  
TOCOS DO MOJI  
TURVOLÂNDIA



**5.1.2.** Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

**5.2. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**5.2.1.** O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, apresentará as demandas para a CONTRATADA que irá elaborar, com base na Ata de Registro de Preços firmada, orçamento para cada situação demandada num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que aprovado pelo mesmo, será formalizado o contrato no qual o(s) orçamento(s) figurará(ão) como anexo(s).

**5.2.2.** Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE (ÓRGÃO PARTICIPANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados.

**5.2.3.** O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento.

**5.3. DOS PRAZOS:**

**5.3.1.** A vigência da ata de registro de preço será de um ano contados de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 (art. 15, § 3º, III).

5.3.2. Eventual contrato seguirá o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.3. A empresa CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da referida Ordem de Serviços.

## **6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1. A empresa CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços;

6.2. A demanda se dará em conformidade com o juízo de oportunidade e conveniência do órgão solicitante, mediante a expedição de Ordem de Serviços.

6.3. Os locais da execução dos serviços serão determinados e comunicados a CONTRATADA por Servidor designado do Departamento de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

6.4. A execução e qualidade dos serviços, bem como as horas trabalhadas pelos Profissionais necessários requisitados, serão acompanhados e fiscalizados por servidores devidamente designados pelo Departamento de Obras de cada Município;

6.5. Os prazos para entrega de trabalhos serão controlados e definidos pelo Departamento de Obras ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em reunião com o Representante Legal da empresa CONTRATADA, ouvido - sempre - o prestador de serviços, analisando-se caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas. Após a definição dos prazos, sua inobservância acarretará as sanções administrativas de que tratam a Lei, o Edital e o Contrato.

6.6. Ao final de cada serviço, a Empresa Contratada deverá fornecer à Fiscalização do Município Contratante memória de cálculo dos serviços e relatório fotográfico impresso, contendo imagens detalhadas de toda a execução, conforme ordem de serviço emitida, sendo que as fotografias deverão ser entregues em formato digital JPG.

6.7. A planilha de medição será preenchida em reflexo das quantidades de serviços executados. Nesse contexto, o relatório fotográfico refletirá cada um dos serviços elencados na planilha de medições, especificando inclusive, quando for o caso, cada furo de sondagem, prospecção ou amostra de ensaio.

6.8. Juntamente com a planilha de medição e com o relatório fotográfico, a Empresa Contratada entregará memória de cálculo que justifique os quantitativos inseridos na planilha de medição.

6.9. A Empresa Contratada será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do objeto.

6.10. Os serviços serão solicitados por meio da ordem de serviço e indicarão as locações necessárias para sondagem ou retirada de amostras.

6.11. Considerando-se a as peculiaridades de cada caso, a indicação de tais locais poderá se dar presencialmente quando do início dos trabalhos.

6.12. Para todos os serviços consignados na planilha orçamentária, deverão ser seguidas todas as normas aplicáveis, sejam elas emitidas pela ABNT, NBR 8036/1983, NBR 6502/1995, NBR 13441/1995 ou outra referência aplicável.

6.13. No caso da possibilidade da utilização de mais de uma metodologia de ensaios, a escolha da metodologia se dará a critério da Fiscalização do Município Contratante, considerando-se os aspectos técnicos que melhor se adequem aos seus objetivos.



- 6.14. A entrega dos relatórios considerará os elementos mínimos presentes nas normas técnicas envolvidas com a execução dos ensaios ou suas correspondentes análises.
- 6.15. Quando houver omissão nas respectivas normativas de cada ensaio, poderá o Município Contratante estabelecer elementos mínimos de apresentação dos resultados de ensaios, investigação ou outros serviços técnicos registrados na ata aqui tratada.
- 6.16. Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser seguido, sendo de inteira responsabilidade da contratada eventuais desvios em relação às diretrizes, parâmetros ou requisitos nele estabelecidos, mesmo após recebimento pela Fiscalização do Município Contratante.
- 6.17. Especial atenção deve ser dada às seguintes normas ou suas eventuais atualizações;
- 6.18. Além das normas citadas, são igualmente importantes as normas internacionais aplicáveis;
- 6.19. Todo o ferramental e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de rotina das equipes são de responsabilidade única e exclusiva da Empresa Contratada;
- 6.20. As equipes serão vistoriadas sistematicamente "sem aviso prévio", pela fiscalização do Município Contratante para verificação do atendimento quanto à quantidade e qualidade do ferramental necessário e do equipamento mínimo à sua disposição para atendimento aos serviços constantes da planilha;
- 6.21. A sua inobservância implicará na suspensão dos trabalhos das equipes até que se regularize tal situação;
- 6.22. A Empresa Contratada, ao realizar atividades próximas às vias públicas, deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos nas normas técnicas e legislações aplicáveis;
- 6.23. A Empresa Contratada deverá dispor de material de sinalização em quantidade suficiente e em boas condições de conservação, de forma a atender a simultaneidade da execução dos serviços;
- 6.24. Os empregados deverão apresentar-se corretamente uniformizados em um só padrão, identificados e utilizando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários;
- 6.25. Fica reservado à Fiscalização do Município Contratante o direito de impedir o trabalho de todo e qualquer empregado/equipe que não estiver devidamente trajado e/ou sem a utilização dos EPIs e/ou EPCs necessários.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A Empresa Contratada responsável pela execução dos serviços estará obrigada a:

- 7.1. Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato.
- 7.2. Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a execução incorreta de serviços de qualquer natureza.
- 7.3. Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas.
- 7.4. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo vetado subempreitar

- totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas parciais relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização.*
- 7.7. Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela execução dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica registrado no CREA.*
- 7.6. Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário.*
- 7.7. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados.*
- 7.8. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços.*
- 7.9. Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços executados.*
- 7.10. Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais.*
- 7.11. Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada.*
- 7.12. As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos.*
- 7.13. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.*
- 7.14. Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.*
- 7.17. A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.*
- 7.16. Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.*
- 7.17. A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer*





*acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.*

**7.18.** *Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para execução dos trabalhos dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;*

**7.19.** *A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a execução dos trabalhos, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público.*

**7.20.** *A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos.*

**7.21.** *A Empresa Contratada, durante todo o período de execução dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente.*

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE:**

**8.1.** *Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços.*

**8.2.** *Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital.*

**8.3.** *Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços.*

**8.4.** *Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços.*

**8.5.** *Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão.*

**8.8.** *Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas.*

**8.7.** *Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos.*

**8.8.** *Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços.*

**8.9.** *Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor.*

**8.10.** *Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada.*

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**9.1.** *Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).*

**9.2.** *Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s)*

atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da Súmula 263 do TCU:

a) PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAÇÃO À PERCUSSÃO  $\geq 1.295$  M.

**9.3.** Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) nos respectivos Conselhos - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93:

a) PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAÇÃO À PERCUSSÃO.

**9.4.** Relativamente às comprovações exigidas neste subitem, apresentar toda a documentação respectiva e em havendo data de validade em quaisquer documentos, estes deverão estar válidos na data de sua apresentação.

**9.5.** A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do CONTRATANTE; identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); localização do serviço; serviços executados (discriminação e quantidades).

**9.6.** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

**9.9.** Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante prestou os serviços compatíveis com o objeto ora licitado.

**9.8.** Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

**9.9.** Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: 1 (um) Engenheiro Civil e/ou Geólogo devidamente registrado(s) e regular(es) com a entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

**9.10.** A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

**9.11.** Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

## **10. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

**10.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha a substituí-lo.

10.2. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

10.3. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

10.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

10.5. Os documentos relativos aos itens 10.1, 10.2 e 10.3 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

10.6. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

10.7. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 10.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

10.8. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações.



**10.9.** *Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005.*



## **11. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:**

### **11.1. DO VALOR:**

**11.1.1.** *O valor de referência para a execução dos serviços objeto desta licitação aproximadamente é de R\$ 1.721.852,25 (Um milhão, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), que representa o total dos itens descritos e constantes na planilha de orçamento que integra o presente Edital.*

### **11.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**11.2.1.** *As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.*

**11.2.2.** *Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço.*

**11.2.3.** *Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.*

**11.2.4.** *Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos **Serviços executados**, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa.*

**11.2.5.** *As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes.*

**11.2.6.** *As medições corresponderão aos serviços unitários executados, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico.*

**11.2.7.** *Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços.*

**11.2.10.** *Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados.*

**11.2.11.** *Juntamente com o resultado de cada serviço, sejam eles relatórios de ensaio, laudos ou outros, deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital.*

### **11.3. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:**

**11.3.1.** *Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA.*

**11.3.2.** O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**11.3.3.** A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, obedecerá a legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

**11.3.4.** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, a qual deverá ser vistada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

**11.3.5.** Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 20011.

**11.3.6.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

**11.3.6.1.** Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

**11.3.7.** As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA, deverão consignar no campo de identificação do destinatário os números da Ordem de Serviços e desta Ata de Registro de Preços e estar em conformidade com o cronograma estabelecido entre as partes.

**11.3.10.** Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**11.3.11.** A despesa referente à execução dos serviços, objeto da presente licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário das Ata de Registro de Preços.

## **12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**12.1.** Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - **Pregão Presencial para Registro de Preços** - do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**13.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.2.** A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não



configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

**13.3.** A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 13.6. desta cláusula.

**13.4.** Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata.

**13.5.** Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento (O.S. / O.F.).

**13.6.** Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas nº 1 e nº 2 a seguir:

TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

TABELA nº 2		
Item	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

**Para os itens a seguir, deixar de:**

6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01

9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.



**13.7.** Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

**13.10.** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 3, a seguir:

TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

**13.9.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o Município, se, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

**13.10.** A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 10.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;
- reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 10.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- inexecução total do objeto.

- 13.13. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.
- 13.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- 13.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 13.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 13.15. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

#### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

- 14.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

#### **15. JUSTIFICATIVA.**

##### **Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:**

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes

**Quanto ao Preço Global:**

*O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.*

*Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.*

*Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.*

*Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.*

*Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.*

*Pouso Alegre/MG, 18 de janeiro de 2022.*

**CARLOS HENRIQUE  
AMARAL  
ROSSI:47143207691**

Assinado de forma digital por  
CARLOS HENRIQUE AMARAL  
ROSSI:47143207691  
Dados: 2022.01.19 12:14:09 -03'00'

**CONSULTOR TÉCNICO**

**Carlos Henrique Amaral Rossi**  
Engº Civil e de Segurança do Trabalho  
CREA-MG 46.052D





CÓDIGO:

**AME-G/DOC/LIC/001-00**

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**  
**EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO**  
**ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**DOCUMENTO  
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO” E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

**CLIENTE:**

**CONSÓRCIO AMESP**

**Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP**

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442



## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOCAL: SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

REFERÊNCIA: SUDECAP NOV/21

(CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31/08/15)

BDI: 27,56%

0,2756

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO - R\$		
					UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL

## SONDAGENS E INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS

## 1 SONDAGEM A PERCUSSÃO D= 2 1/2" (SPT)

1.1	65.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	UN	150,00	999,49	1.274,95	191.242,50
1.2	65.01.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	12.950,00	65,00	82,91	1.073.684,50
1.3	65.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	925,00	180,00	229,61	212.389,25

TOTAL DO ITEM: R\$ 1.477.316,25

## 2 SONDAGEM A TRADO D= 20 CM

2.1	65.02.01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	150,00	728,00	928,64	139.296,00
2.2	65.02.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	1.500,00	55,00	70,16	105.240,00

TOTAL DO ITEM: R\$ 244.536,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.721.852,25

OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS ENCARGOS E IMPOSTOS.

Pouso Alegre/MG, 18 de janeiro de 2022.

**CARLOS HENRIQUE  
AMARAL**  
**ROSSI:47143207691**

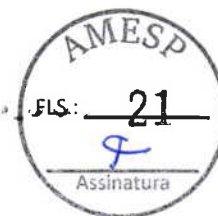
Assinado de forma digital por  
CARLOS HENRIQUE AMARAL  
ROSSI:47143207691  
Dados: 2022.01.19 12:14:43 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho

CREA-MG 46.052D



CÓDIGO: **AME-G/DOC/LIC/001-00**

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**  
**EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO**  
**ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI**

**DOCUMENTO  
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO” E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

**CLIENTE:**

**CONSÓRCIO AMESP**  
**Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP**  
CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40  
Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

**BDI (CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31/08/15)**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DO SOLO AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Base de Preços: novembro/2021

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,89%	CD
LUCRO	L	7,40%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,14%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	2,27%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	1,00%	CD
RISCO	R	1,27%	CD
TRIBUTOS	I	5,15%	PV
ISS	ISS	1,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	4,50%	PV

FÓRMULA :

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+G+R)) \cdot (1+DF) \cdot (1+L)}{(1-(I+CPRB))} \right] - 1$$

$$BDI \text{ (NUMERADOR)} = 115,25\%$$

$$BDI \text{ (DENOMINADOR)} = 90,35\%$$

$$BDI = \left[ \frac{115,25}{90,35} \right] - 1 = 0,2756 = 27,56\%$$

$$BDI = 27,56\%$$

**AC | Administração Central** - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua

**DF | Despesas Financeiras** - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data

**R | Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos** - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, riscos etc.

**L | Lucro** - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

**T | Tributos** - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Pouso Alegre/MG, 18 de janeiro de 2022.

**CARLOS HENRIQUE AMARAL**  
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por

CARLOS HENRIQUE AMARAL

ROSSI:47143207691

Dados: 2022.01.19 12:15:09 -03'00'

**CONSULTOR TÉCNICO**

**Carlos Henrique Amaral Rossi**

Engº Civil e de Segurança do Trabalho

CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

**AME-G/DOC/LIC/001-00**

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**  
**EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO**  
**ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART**

**DOCUMENTO  
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SOLO” E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.

**CLIENTE:**

**CONSÓRCIO AMESP**

**Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP**

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442



# ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DO SOLO

## DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

22/23



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-MG**

ART OBRA / SERVIÇO  
Nº MG20220858477

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

Página 1/2



### 1. Responsável Técnico

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

RNP: 1402955235

Registro: MG0000048052D MG

Empresa contratada: ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Registro: 0000027939-MG

### 2. Dados do Contrato

Contratante: Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Contrato: 01/2022

Celebrado em: 17/01/2022

Valor: R\$ 5.279,93

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Orgão Público

### 3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Data de início: 10/01/2022

Previsão de término: 17/01/2023

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade: COMERCIAL

Código: Não Especificado

Proprietário: Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

### 4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

	Quantidade	Unidade
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.2 - A PERCUSSÃO	12.950,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	1.500,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.2 - A PERCUSSÃO	12.950,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	1.500,00	m
43 - Estudo de viabilidade técnico-econômico > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	2,00	un
43 - Estudo de viabilidade técnico-econômico > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.2 - A PERCUSSÃO	2,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

### 5. Observações

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS, ORÇAMENTO PARA OS MUNICÍPIOS COMPONENTES DA AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

### 6. Declarações

- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Confes).
- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

### 7. Entidade de Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Pouso Alegre e Região

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 3yZ7w  
Impresso em: 19/01/2022 às 06:41:37 por: , lp: 179.180.229.208

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br)  
Tel: 0312732

[crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)  
Fax:



ICTHUS Engenharia e Construções Ltda  
Carlos Henrique Amaral Rossi  
Eng. Civil e Seg. Trabalho





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO  
Nº MG20220858477

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



INICIAL

Ichthus Engenharia e Construções Ltda  
Carlos Henrique Amaral Rossi  
Eng. Civil e Seg. Trabalho

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI - CPF: 471.432.076-91

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

18 JAN 2022

Local

data

Associação dos Municípios de Microrregião do Médio Sapucaí - CNPJ:  
20.382.112/0001-44

9. Informações

- \* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência de quitação.
- \* O comprovante de pagamento deverá ser anexado para comprovação de quitação.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78 Registrada em: 18/01/2022 Valor pago: R\$ 88,78 Nosso Número: 8597370896

Eng. Moacir Franco  
DIRETOR EXECUTIVO  
AMESP

CARLOS HENRIQUE  
AMARAL  
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por  
CARLOS HENRIQUE AMARAL  
ROSSI:47143207691  
Dados: 2022.01.19 12:15:43 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.attec.com.br/publico/>, com a chave: 3yZ7w  
Impresso em: 19/01/2022 às 09:41:38 por: ip: 179.180.229.208

www.crea-mg.org.br  
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br  
Fax:

CREA-MG  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia de Minas Gerais



Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2.022

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO  
PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO  
DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO  
SAPUCAÍ – AMESP.**

O Presidente do Consórcio AMESP, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520/02;

I - Determina que os editais de licitações deverão ser assinados pela autoridade que o expedir, no caso o Pregoeiro do Consórcio AMESP;

II - Que compete ao Consórcio AMESP instituir Comissões, para fins de organização e efetivação de seus atos administrativos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instituir o Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico, conforme dispositivo da Lei Federal nº 10.520\2002.

**Art. 2º** - Fica nomeado o funcionário para exercer as atribuições de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, o **Sr. Wagner do Couto** como Pregoeiro Oficial.

**Art. 3º** - Ficam nomeados para compor equipe de apoio e para atuar nos processos de Pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, os servidores Sr. José Vitor da Rosa Júnior e Sr. Roque José dos Santos.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, em 02 de Janeiro de 2022.



---

**Ronaldo Laurindo Bueno**  
**Presidente**  
**AMESP**

**Do Pregoeiro**

**Para Assessoria Jurídica**

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 19 de janeiro de 2022. .



**Wagner do Couto**  
Pregoeiro

**AUTORIZO** a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 19 de janeiro de 2022.



**Moacir Franco**  
Diretor Executivo  
AMESP



**PREÂMBULO**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2022**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**

**DATA DE ABERTURA: 07/02/2022**

**HORÁRIO: 09h00min**

**I – OBJETO.**

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. Para a execução dos serviços licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a empresa licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

**II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

2.1. A execução dos serviços deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente executará os serviços mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo **ORGÃO PARTICIPANTE**.

**III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 19 de janeiro de 2022.



Wagner do Couto  
**Pregoeiro**

**EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2022**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA  
FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO  
DO  
MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**

**DATA DE ABERTURA: 07/02/2022**

**HORÁRIO: 09h00min**

A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2022**, usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal n.º 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃO PARTICIPANTE** que são:

<b>MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP</b>
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
MONTE SIÃO
JACUTINGA
NATÉRCIA
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

## **I – INFORMAÇÕES**

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-5500 ou pelo e-mail: [licitacao@amesp.mg.gov.br](mailto:licitacao@amesp.mg.gov.br)

## **II – OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

## **III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de

afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

#### **IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. Os ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

#### **V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

---

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

5.2.6. Cooperativas nos termos da Lei nº 12.690/2012 artigo 4º Inciso II e Sumula do TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público do Trabalho, de 05/06/2203, e o artigo 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008.



## VI – DO CREDENCIAMENTO

---

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

### 6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

- a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.
- b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.
- c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

## VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

---

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

## **VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO**

---

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 02 (duas), além da empresa que ofereceu o melhor preço**, oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope “Documentação” apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “Documentação” da segunda classificada.

8.1.12. **Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global.**

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

## **IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO**

---

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

**Envelope nº. 01 “PROPOSTA COMERCIAL”**  
**A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí –**  
**AMESP**  
**Pregão n.º 02/2022**

**Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES,** para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

**Licitante: .....**

**Envelope nº. 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**  
**A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí –**  
**AMESP**  
**Pregão n.º 02/2022**

**Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES,** para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

**Licitante: .....**

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

**9.2. O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL** conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII**, em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00)**, sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DESCCLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitário e global, sendo que as propostas que apresentarem os preços unitários superiores aos constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária (Anexo II) ao Termo de Referência, também serão desclassificadas.

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

9.4. **Envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consiste em:

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consiste em:

9.4.2.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

9.4.2.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da Súmula 263 do TCU:

a) PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO  $\geq 1.295$  m.

9.4.2.3. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) nos respectivos Conselhos - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/ similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93:

a) PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO.

9.4.2.4. Relativamente às comprovações exigidas neste subitem, apresentar toda a documentação respectiva e em havendo data de validade em quaisquer documentos, estes deverão estar válidos na data de sua apresentação.

9.4.2.5. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do CONTRATANTE; identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); localização do serviço; serviços executados (discriminação e quantidades).

9.4.2.6. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) as características citadas nas condições acima, não serão considerados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

9.4.2.6.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante prestou os serviços compatíveis com o objeto ora licitado.

9.4.2.6.2. Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

9.4.2.7. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) Engenheiro Civil e/ou Geólogo devidamente registrado (s) e regular (es) com a entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

9.4.2.8. A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

9.4.2.9. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

9.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA das empresas** é a seguinte:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

9.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.6. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.6.1. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9.7. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

9.8. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL das empresas** é a seguinte:

9.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.8.2. Prova de inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.8.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.8.6. Prova de regularidade para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

9.8.7. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.8.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.8.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

9.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

9.12. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo de validade** serão aceitas com **até 60 (sessenta) dias** da data de sua expedição.

## **X – VISITA TÉCNICA**

---

10.1. A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de Prefeituras Consorciadas à AMESP.



## **XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS**

---

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo

de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

## **XII - DOS PROCEDIMENTOS**

---

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2022**, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 2 (duas), além da primeira classificada**, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço global**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

### **XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES**

---

13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante dele vencedora.

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

**13.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.**

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.



13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.12. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

13.13. Fica facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

13.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

13.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.16. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.17. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião do pregão da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

#### **XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

14.3. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que porventura venham a consorciar-se a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

## **XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

15.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

15.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

15.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

15.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

15.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

15.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

15.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

15.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

15.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

## **XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA**

---

16.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

16.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

16.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

16.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

16.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

16.8. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

16.9. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.10. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

16.11. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

16.12. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

16.13. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

16.14. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

16.15. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

16.16. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

16.17. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

16.18. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

16.19. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

16.20. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

16.21. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

16.22. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

16.23. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

16.24. Preservar o passeio público, as tubulações de concessionárias de serviços públicos ou quaisquer outras interferências em áreas públicas, com reparação de eventuais danos ocasionados direta ou indiretamente, em decorrência da execução dos serviços previstos.



16.25. Utilizar material nas instalações contratadas atendendo o padrão de qualidade da concessionária de água local e órgãos municipais;

16.26. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

16.27. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

## **XVII – DOS PAGAMENTOS**

---

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

17.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em via digital, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

17.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.6.1. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

17.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços o nº da Ordem de Fornecimento/Serviço do serviço realizado.

17.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

## **XVIII - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

18.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE solicitante do serviço.

18.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

18.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

## **XIX – DAS PENALIDADES**

---

19.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

19.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

19.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

19.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

19.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2		
ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

**Para os itens a seguir, deixar de:**

6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

19.7. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

19.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

19.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

19.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;



- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

19.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

19.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

19.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

19.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

## **XX - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

---

20.1. O ORGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

20.2. O ORGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independentemente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 20.1, por mútuo acordo.

## **XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

21.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

21.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

21.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

21.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

## **XXII – DOS ANEXOS**

---

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA ;

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME.

Pouso Alegre/MG, aos 19 de janeiro de 2022.



**Wagner do Couto**  
Pregoeiro

ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a) ..... portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº ....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

**Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.**

---

**ANEXO II**

---

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS:** As especificações a seguir têm por objetivo estabelecer normas e procedimentos que devem ser obedecidos pela Empresa Contratada, nos trabalhos a serem executados. A não observância desta especificação implicará em suspensão temporária dos serviços e respectivos pagamentos, até que ela seja observada ou haja suspensão definitiva pelo Município Contratante, com as penalidades cabíveis. Integram este projeto os seguintes documentos: • Planilha Orçamentária; • Especificações Técnicas; • Composição de BDI.

**Item 2.1 – Mobilização, instalação e desmobilização, para execução de sondagem à percussão (NBR 6484:2021):**

A mobilização compreende o deslocamento da equipe de sondagem e respectivos equipamentos e ferramentas tendo como referência, a sede da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP), localizada em Pouso Alegre/MG para as cidades e distritos onde a sondagem será executada.

Caso a empresa contratada estiver sediada em outro município o valor da planilha deverá ser considerado para atendimento ao item, não considerando adicionais para distâncias maiores entre a cidade de Pouso Alegre e os municípios que compõem a associação. Neste item estarão inclusos todos os gastos necessários a mobilização e desmobilização para a execução da sondagem, tais como transporte, alimentação e estadia de pessoal.

**Para efeito de medição do item 2.1 será considerado o deslocamento da equipe para a execução de no mínimo 3 furos.**

**Item 2.2 – Perfuração de solo sondagem à percussão (NBR 6484:2020):**

A sondagem à percussão deverá ser executada conforme a NBR 6484:2020, a partir da locação dos furos feitos pelo contratante, bem como o fornecimento do croqui de locação dos mesmos para que a contratada conclua o relatório de sondagem.

**Item 2.3 - Desmontagem, transporte e montagem de equipamentos de sondagem a percussão por furo:**

O item 2.3 compreende nos serviços desmontagem, transporte e montagem do equipamento dentro de um mesmo lote ou obra, assim como em lotes na mesma localidade.



**Item 2.4 - Mobilização de equipamentos de sondagem a trado (NBR 9603:2015) DN 20 cm:**

A mobilização compreende o deslocamento da equipe de sondagem e respectivos equipamentos e ferramentas tendo como referência, a sede da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP), localizada em Pouso Alegre/MG para as cidades e distritos onde a sondagem será executada.

Caso a empresa estiver sediada em outro município o valor da planilha deverá ser considerado para atendimento ao item, não considerado adicionais para distâncias maiores entre a cidade de Pouso Alegre e os municípios que compõem a associação. Neste item estarão inclusos todos os gastos necessários a mobilização e desmobilização para a execução da sondagem, tais como transporte, alimentação e estadia de pessoal.

**Para efeito de medição do item 2.4 será considerado o deslocamento da equipe para a execução de no mínimo 3 furos.**

**Item 2.5 - Perfuração de solo sondagem a trado (NBR 9603:2015) DN 20cm:**

A sondagem a trado deverá ser executada conforme a NBR 9603:2015, a partir da locação dos furos feitos pelo contratante, bem como o fornecimento do croqui de locação dos mesmos para que a contratada conclua o relatório de sondagem.

**3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA EFETIVAÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS.**

**3.1. DO LOCAL:**

Os serviços serão executados em regra nas dependências da CONTRATADA. e abrangerá aos Municípios Consorciados Os serviços serão informadas previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

**MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DA AMESP:**

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
MONTE SIÃO

JACUTINGA
NATÉRCIA
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

**3.1.2.** Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

### **3.2. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**3.2.1.** O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, apresentará as demandas para a CONTRATADA que irá elaborar, com base na Ata de Registro de Preços firmada, orçamento para cada situação demandada num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que aprovado pelo mesmo, será formalizado o contrato no qual o(s) orçamento(s) figurará(ão) como anexo(s).

**3.2.2.** Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE (ÓRGÃO PARTICIPANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados.

**3.2.3.** O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento.

### **3.3. DOS PRAZOS:**

**3.3.1.** A vigência da ata de registro de preço será de um ano contados de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 (art. 15, § 3º, III).

**3.3.2.** Eventual contrato seguirá o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.2.3.** A empresa CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da referida Ordem de Serviços.

### **4.CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.1.** A empresa CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias úteis

após o recebimento da Ordem de Serviços;

**4.2.** A demanda se dará em conformidade com o juízo de oportunidade e conveniência do órgão solicitante, mediante a expedição de Ordem de Serviços.

**4.3.** Os locais da execução dos serviços serão determinados e comunicados a CONTRATADA por Servidor designado do Departamento de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

**4.4.** A execução e qualidade dos serviços, bem como as horas trabalhadas pelos Profissionais necessários requisitados, serão acompanhados e fiscalizados por servidores devidamente designados pelo Departamento de Obras de cada Município;

**4.5.** Os prazos para entrega de trabalhos serão controlados e definidos pelo Departamento de Obras ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em reunião com o Representante Legal da empresa CONTRATADA, ouvido - sempre - o prestador de serviços, analisando-se caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas. Após a definição dos prazos, sua inobservância acarretará as sanções administrativas de que tratam a Lei, o Edital e o Contrato.

**4.6.** Ao final de cada serviço, a Empresa Contratada deverá fornecer à Fiscalização do Município Contratante memória de cálculo dos serviços e relatório fotográfico impresso, contendo imagens detalhadas de toda a execução, conforme ordem de serviço emitida, sendo que as fotografias deverão ser entregues em formato digital JPG.

**4.7.** A planilha de medição será preenchida em reflexo das quantidades de serviços executados. Nesse contexto, o relatório fotográfico refletirá cada um dos serviços elencados na planilha de medições, especificando inclusive, quando for o caso, cada furo de sondagem, prospecção ou amostra de ensaio.

**4.8.** Juntamente com a planilha de medição e com o relatório fotográfico, a Empresa Contratada entregará memória de cálculo que justifique os quantitativos inseridos na planilha de medição.

**4.9.** A Empresa Contratada será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do objeto.

**4.10.** Os serviços serão solicitados por meio da ordem de serviço e indicarão as locações necessárias para sondagem ou retirada de amostras.

**4.11.** Considerando-se a as peculiaridades de cada caso, a indicação de tais locais poderá se dar presencialmente quando do início dos trabalhos.

**4.12.** Para todos os serviços consignados na planilha orçamentária, deverão ser seguidas todas as normas aplicáveis, sejam elas emitidas pela ABNT, NBR 8036/1983, NBR 6502/1995, NBR 13441/1995 ou outra referência aplicável.

**4.13.** No caso da possibilidade da utilização de mais de uma metodologia de ensaios, a escolha da metodologia se dará a critério da Fiscalização do Município Contratante, considerando-se os aspectos técnicos que melhor se adequem aos seus objetivos.

**4.14.** A entrega dos relatórios considerará os elementos mínimos presentes nas normas técnicas envolvidas com a execução dos ensaios ou suas correspondentes análises.

**4.15.** Quando houver omissão nas respectivas normativas de cada ensaio, poderá o Município Contratante estabelecer elementos mínimos de apresentação dos resultados de ensaios, investigação ou outros serviços técnicos registrados na ata aqui tratada.

**4.16.** Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser seguido, sendo de inteira responsabilidade da contratada eventuais desvios em relação às diretrizes, parâmetros ou requisitos nele estabelecidos, mesmo após recebimento pela Fiscalização do Município Contratante.

**4.17.** Especial atenção deve ser dada às seguintes normas ou suas eventuais atualizações:

**4.18.** Além das normas citadas, são igualmente importantes as normas internacionais aplicáveis,

**4.19.** Todo o ferramental e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de rotina das equipes são de responsabilidade única e exclusiva da Empresa Contratada.

**4.20.** As equipes serão vistoriadas sistematicamente "sem aviso prévio", pela fiscalização do Município Contratante para verificação do atendimento quanto à quantidade e qualidade do ferramental necessário e do equipamento mínimo à sua disposição para atendimento aos serviços constantes da planilha.

**4.21.** A sua inobservância implicará na suspensão dos trabalhos das equipes até que se regularize tal situação.

**4.22.** A Empresa Contratada ao realizar atividades próximas as vias públicas deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos nas normas técnicas e legislações aplicáveis.

**4.23.** A Empresa Contratada deverá dispor de material de sinalização em quantidade suficiente e em boas condições de conservação, de forma a atender a simultaneidade da execução dos serviços.

**4.24.** Os empregados deverão apresentar-se corretamente uniformizados em um só padrão, identificados e utilizando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários.

**4.25.** Fica reservado à Fiscalização do Município Contratante o direito de impedir o trabalho de todo e qualquer empregado/equipe que não estiver devidamente trajado e/ou sem a utilização dos EPIs e/ou EPCs necessários.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

---

A Empresa Contratada responsável pela execução dos serviços estará obrigada a:



**5.1.** Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato.

**5.2.** Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a execução incorreta de serviços de qualquer natureza.

**5.3.** Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas.

**5.4.** Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo-lhe vetado subempreitar totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização.

**5.5.** Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela execução dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, registrado no CREA.

**5.6.** Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário.

**5.7.** Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados.

**5.8.** Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços.

**5.9.** Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços executados.

**5.10.** Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais.

**5.11.** Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada.

**5.12.** As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos.

**5.13.** A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

**5.14.** Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.

**5.15.** A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.

**5.16.** Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.

**5.17.** A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

**5.18.** Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para execução dos trabalhos dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;

**5.19.** A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a execução dos trabalhos, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público.

**5.20.** A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos.

**5.21.** A Empresa Contratada, durante todo o período de execução dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe

couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE:**

---

- 6.1.** Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços.
- 6.2.** Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital.
- 6.3.** Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços.
- 6.4.** Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços.
- 6.5.** Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão.
- 6.6.** Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas.
- 6.7.** Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos.
- 6.8.** Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços.
- 6.9.** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor.
- 6.10.** Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada.

## **7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

---

- 7.1.** Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).
- 7.2.** Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da Súmula 263 do TCU:

a) PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO  $\geq 1.295$  M.

**7.3.** Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) nos respectivos Conselhos - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/ similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93:

a) PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO

**7.4.** Relativamente às comprovações exigidas neste subitem, apresentar toda a documentação respectiva e em havendo data de validade em quaisquer documentos, estes deverão estar válidos na data de sua apresentação.

**7.5.** A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do CONTRATANTE; identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); localização do serviço; serviços executados (discriminação e quantidades).

**7.6.** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

**7.7.** Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante prestou os serviços compatíveis com o objeto ora licitado.

**7.8.** Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

**7.9.** Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: um (01) Engenheiro Civil e/ou Geólogo devidamente registrado (s) e regular (es) com a entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

**7.10.** A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

**7.11.** Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES.



## **8. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

**8.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha a substituí-lo.

**8.2.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**8.3.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**8.4.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em Jornal; ou
- Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**8.5.** Os documentos relativos aos itens 8.1, 8.2 e 8.3 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**8.6.** A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

**8.7.** Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 8.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

**8.8.** Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

**8.9.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005.

## **9.1. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:**

---

### **9.1. DO VALOR:**

**9.1.1.** O valor de referência para a execução dos serviços objeto desta licitação aproximadamente é de **R\$ 1.721.852,25 (Um milhão, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos)**, que representa o total dos itens descritos e constantes na planilha de orçamento que integra o presente Edital.

### **9.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**9.2.1.** As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

**9.2.2.** Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de **5 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço.

**9.2.3.** Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

**9.2.4.** Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos **Serviços executados**, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa.

**9.2.5.** As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes.

**9.2.6.** As medições corresponderão aos serviços unitários executados, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico.

**9.2.7.** Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços.

**9.2.8.** Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados.

**9.2.9.** Juntamente com o resultado de cada serviço, sejam eles relatórios de ensaio, laudos ou outros, deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital.

### **9.3. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:**

**9.3.1.** Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA.

**9.3.2.** O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**9.3.3.** A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, obedecerá a legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

**9.3.4.** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, a qual deverá ser vista pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

**9.3.5.** Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de

Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

**9.3.6.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

**9.3.6.1.** Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

**9.3.7.** As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA, deverão consignar no campo de identificação do destinatário os números da Ordem de Serviços e desta Ata de Registro de Preços e estar em conformidade com o cronograma estabelecido entre as partes.

**9.3.8.** Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**9.3.9.** A despesa referente à execução dos serviços, objeto da presente licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário das Ata de Registro de Preços.

## **10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

---

**10.1.** Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - **Pregão Presencial para Registro de Preços** - do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

---

**11.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.2.** A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

**11.3.** A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 11.6. desta cláusula.



**11.4.** Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata.

**11.5.** Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

**11.6.** Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas nº 1 e nº 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2		
Item	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

**Para os itens a seguir, deixar de:**

6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

**11.7.** Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

**11.8.** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

**11.9.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o Município, se, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

**11.10.** A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, se rá aplicada dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- e) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- f) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g) inexecução total do objeto.

**11.11.** As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

**11.12.** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

**11.13.** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

**11.14.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**11.15.** A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

---

**12.1.** A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

## JUSTIFICATIVA.

### ***Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:***

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidência que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes

### ***Quanto ao Preço Global:***

O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.



Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, aos 19 de janeiro de 2022.

**CONSULTOR TÉCNICO**  
**Carlos Henrique Amaral Rossi**  
*Engº Civil e de Segurança do Trabalho*  
*CREA MG 46.052D*

**Moacir Franco**  
**Diretor Executivo**  
**AMESP**

# ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA								
LOCAL:		SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP						
REFERÊNCIA:		ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ						
		SUDECAP NOV/21						
					BDI:	27,56%	0,2756	
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO - R\$			
					UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL	
SONDAGENS E INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS								
1	SONDAGEM A PERCUSSAO D= 2 1/2" (SPT)							
1.1	65.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484: 2020)	UN	150,00	999,49	1.274,95	191.242,50	
1.2	65.01.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	12.950,00	65,00	82,91	1.073.684,50	
1.3	65.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	925,00	180,00	229,61	212.389,25	
TOTAL DO ITEM: R\$						1.477.316,25		
2	SONDAGEM A TRADO D= 20 CM							
2.1	65.02.01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	150,00	728,00	928,64	139.296,00	
2.2	65.02.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	1.500,00	55,00	70,16	105.240,00	
TOTAL DO ITEM: R\$						244.536,00		
TOTAL GERAL: R\$						1.721.852,25		

**OBS:** NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS OS ENCARGOS E IMPOSTOS

Pouso Alegre, 19 de janeiro de 2022.

Carlos Henrique Amaral Rossi  
Engº Civil e de Segurança do Trabalho - CREA-MG: 46.052/D  
**CONSULTOR TÉCNICO**

**ANEXO III****MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa....., estabelecida na .....  
....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº .....  
....., propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES</b> , para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.	

**Validade da Proposta: 60 dias**

**OBSERVAÇÃO:**

**AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTE DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.**

Pouso Alegre/MG, aos .....de ..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº .....

Cargo: .....

---

**ANEXO IV**

---

---

**MODELO - DECLARAÇÃO**

---

....., inscrita no CNPJ/MF o nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Pouso Alegre/MG, aos .....de ..... de 2022.

(local e data)

.....  
(representante legal)

**(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**



---

**ANEXO V**

---

---

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

**PROCESSO Nº 09/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2022**

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr. ....**, portador da Cédula de Identidade RG nº....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº....., **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-

65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUÍUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, ° 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº

17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo Sr. ...., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme

**especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.**

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

---

2.1. A **despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:**

---

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. A **ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:**

---

##### **4.1. DO VALOR:**



4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de R\$.....,..... (.....), que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra a presente Ata de Registro de Preços.

#### 4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela DETENTORA e critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

#### 4.3. DO PAGAMENTO

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do **ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**CONTRATANTE**, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela DENTENTORA deverão consignar no campo de identificação do destinatário juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra/local onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.**

---

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO**

**PARTICIPANTE CONTRATANTE** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

7.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

7.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

7.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.



## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE**

- 8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.
- 8.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
- 8.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.
- 8.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
- 8.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.
- 8.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.
- 8.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.
- 8.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.
- 8.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

- 9.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:
- 9.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.
- 9.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.
- 9.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano,

decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

9.7. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

9.8. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.9. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

9.10. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.11. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

9.12. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

9.13. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

9.14. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

9.15. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

9.16. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.17. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.18. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

9.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

9.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

9.21. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

9.22. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

9.23. Preservar o passeio público, as tubulações de concessionárias de serviços públicos ou quaisquer outras interferências em áreas públicas, com reparação de eventuais danos ocasionados direta ou indiretamente, em decorrência da execução dos serviços previstos.

9.24. Utilizar material nas instalações contratadas atendendo o padrão de qualidade da concessionária de água local e órgãos municipais;

9.25. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

9.26. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO CONTRATUAL**

---

10.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

10.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

10.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que - porventura - venham solicitar sua adesão à mesma, sendo necessária a concordância do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00



↓ TABELA nº 2		
Item	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

11.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

11.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

---

12.1. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, ..... de ..... de 2022.

**AMESP**  
**ORGÃO GERENCIADOR**  
**Presidente Ronaldo Laurindo Bueno**

**BORDA DA MATA**  
**ORGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Afonso Raimundo de Souza**

**BUENO BRANDÃO**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Silvio Antônio Félix**

**CACHOEIRA DE MINAS**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria**

**CAREAÇU**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Tovar dos Santos Barroso**

**CAMANDUCAIA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira**

**CARMO DA CACHOEIRA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Hércio Antônio Chagas Reis**

**CONCEIÇÃO DOS OUROS**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro**

**CONGONHAL**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Moisés Ferreira Vaz**

**ESPÍRITO SANTO DOURADO**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Adalto Luiz Leal**

**ESTIVA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito Vagner Abílio Belizário**

**INCONFIDENTES  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeita Rosângela Maria Dantas**

**IPUIUNA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva**

**JACUTINGA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Melquíades de Araújo**

**MONTE SIÃO  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito José Pocai Júnior**

**NATÉRCIA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas**

**PARAISÓPOLIS  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Everton de Assis Ferreira**

**POÇO FUNDO  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Rosiel de Lima**



**SANTA RITA DO SAPUCAÍ  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Wander Wilson Chaves**

**SÃO BENTO ABADE  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Eneias Machado de Souza**

**SÃO JOÃO DA MATA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz**

**SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno**

**SENADOR AMARAL  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira**

**SENADOR JOSÉ BENTO  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Fernando Cesar Fernandes**

**TOCOS DO MOJI  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Givanildo José da Silva**



**TURVOLÂNDIA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
**Prefeito José Nelson Martins**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**EMPRESA DETENTORA**

**ANEXO VI****TERMO DE CONTRATO Nº XX/2022****PROCESSO N.º 09/2022****PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2022**

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de ....., Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) ....., Bairro ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº ..... neste ato representado pelo Prefeito Municipal,

**Sr.**....., portador da Cédula de Identidade RG nº....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR / PARTICIPANTE CONTRATANTE**

**(contratante)**, e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo

**Sr.**....., portador da Cédula de Identidade RG nº....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.**

1.1. O objeto do presente Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário do Contrato.**

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.**

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **O Contrato terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os Contratos decorrente de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.**

### **4.1. DO VALOR**

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra o presente Contrato.

### **4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela CONTRATADA e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

#### **4.3. DO PAGAMENTO**

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa CONTRATADA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização deste, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA deverão consignar no



campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.**

---

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela CONTRATADA.

**5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de

documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência do Contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

7.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

7.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

7.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA OITAVA:**

### **DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**

8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

8.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

8.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

8.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

8.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou

emissão de ordem de serviço.

8.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

8.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

8.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

8.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

9.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

9.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

9.3. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

9.4. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.5. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

9.6. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

9.7. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART

(Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.8. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

9.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.10. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

9.11. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

9.12. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

9.13. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

9.14. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

9.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

9.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

9.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

9.20. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a



Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

9.21. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

9.22. Preservar o passeio público, as tubulações de concessionárias de serviços públicos ou quaisquer outras interferências em áreas públicas, com reparação de eventuais danos ocasionados direta ou indiretamente, em decorrência da execução dos serviços previstos.

9.23. Utilizar material nas instalações contratadas atendendo o padrão de qualidade da concessionária de água local e órgãos municipais;

9.24. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

9.25. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO CONTRATUAL**

---

10.1. As obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

10.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

10.4. O Contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

---

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2		
Item	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05

5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

11.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

11.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, aos ..... de ..... de 2022.



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE  
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA



---

**ANEXO VII**

---

---

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

---

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º \_\_\_\_\_ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre (MG), .....de.....de 2022.

---

Assinatura do representante

Nome:

RG n.º:

**ANEXO VIII**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REFERÊNCIA**

LOCAL:		SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ					
REFERÊNCIA:		SUDECAP NOV/21					
					BDI:	27,56%	0,2756
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO - R\$		
					UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
SONDAGENS E INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS							
1	SONDAGEM A PERCUSSAO D= 2 1/2" (SPT)						
1.1	65.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484: 2020)	UN	150,00			
1.2	65.01.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	12.950,00			
1.3	65.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	925,00			
TOTAL DO ITEM: R\$							
2	SONDAGEM A TRADO D= 20 CM						
2.1	65.02.01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	150,00			
2.2	65.02.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	1.500,00			
TOTAL DO ITEM: R\$							
TOTAL GERAL: R\$							

**OBS:** NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS OS ENCARGOS E IMPOSTOS

Pouso Alegre, ... de ..... de 2022.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

ASSINATURA DO ENGENHEIRO/GEÓLOGO  
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO ORÇAMENTO TÉCNICO

**Pregão Presencial Para o Registro de Preços n.º 02/2022**

**AVISO**

**Wagner do Couto**, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, PARA SUBSIDIAR PROJETOS DE ENGENHARIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL**, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência” e demais disposições constantes do Edital e dos respectivos anexos, aquisição do Edital através de um CD ou Pen Drive ou pelo site [amesp.mg.gov.br](http://amesp.mg.gov.br)

**Data da Abertura dos Envelopes: Dia 07 de Fevereiro de 2022 às 09h00min.**

Pouso Alegre/MG, aos 19 de Janeiro de 2022.



**Wagner do Couto**  
Pregoeiro

## PARECER JURÍDICO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

EMENTA: REGISTRO DE PREÇOS na forma de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

### RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo que visa o REGISTRO DE PREÇOS na forma de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

O Pregoeiro da AMESP Licitação encaminhou o Edital e anexos para esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial e respectivos anexos.

---



Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

Rua Comendador José Garcia, 774  
Fone/ fax: (35) 3423-4280  
Pouso Alegre-MG CEP 37550-000  
www.amesp-mg.org.br  
E-mail: amesp@veloxmail.com.br



Cumpre inicialmente obtemperar que, o presente parecer se restringe à análise do Edital e seus anexos sendo que, o processo licitatório deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- A solicitação do setor competente, com as devidas justificativas;
- Cópia da Portaria que designou pregoeiro e equipe de apoio para efetuar os trabalhos de Pregão Presencial no exercício de 2022;
- A Pesquisa de Preços e o preço médio apurado;
- A confirmação de disponibilidade financeira; endossado pelo Tesoureiro;
- Autorização do procedimento;
- O Edital, com a respectiva Minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato, além do Extrato de Publicação que deverá ser publicado no Diário Eletrônico da AMM em perfeito atendimento ao artigo 4º da lei 10.520.

## FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que:

**Art. 37. omissis;**

***XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos***

---





Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí



Rua Comendador José Garcia, 774  
Fone/ fax: (35) 3423-4280  
Pouso Alegre-MG CEP 37550-000  
www.amesp-mg.org.br  
E-mail: amesp@veloxmail.com.br

***termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.***

A Lei Maior estabelece que as contratações realizadas pela administração pública devem ser precedidas de processo de licitação, ressalvados os casos específicos, nos termos do dispositivo acima transcrito.

Todavia quando se fala em processo de licitação, imprescindível que seja seguido o procedimento estabelecido na legislação vigente, com atenção aos requisitos lá estatuídos.

O processo de licitação, desta forma, deve atender aos requisitos legais desde a sua instauração, com o início da fase interna, até a assinatura do contrato de fornecimento de produtos ou prestação de serviços, onde se encerra a fase externa.

Para tanto, o Edital de licitação e seus anexos devem atender aos pressupostos da Lei 8.666/93 e, no caso em tela, considerando a modalidade adotada, os ditames da Lei nº 10.520/02.

O edital, por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, possuindo o número de ordem em série anual, indicação do nome da repartição interessada, sendo certo, ainda, constar a expressa indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação.

Também, percebe-se que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da legislação de regência, com o designativo do



Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

Rua Comendador José Garcia, 774  
Fone/ fax: (35) 3423-4280  
Pouso Alegre-MG CEP 37550-000  
www.amesp-mg.org.br  
E-mail: amesp@veloxmail.com.br



local, dia e hora para o recebimento dos envelopes documentação e proposta, bem como o horário para o início da abertura dos envelopes, entre outros requisitos, a saber:

1- A definição precisa do objeto, apresentada de forma clara, explicativa e genérica, inexistindo particularidade exagerada que possa afetar a ampliação da disputa no presente certame;

2- Local onde poderá ser obtido o edital;

3- Percebe-se que também há no edital de regência as condições para a assinatura do contrato e a retirada dos instrumentos, a execução do contrato e a forma para a efetiva execução do objeto da licitação;

4- Consta do mesmo as sanções para o caso de inadimplemento, devendo a Administração observar fielmente o que está literalmente disposto no edital, para o fim da aplicação de futuras penalidades;

5- Local onde poderá ser examinado e recebido o edital;

6- Condições de pagamento e critérios objetivos para o julgamento, bem assim os locais, horários e meios de comunicação em que serão fornecidos os elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação em tela;

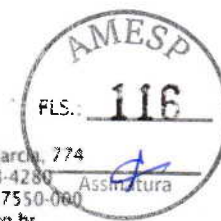
7- Prazo e condições para o pagamento, sem quaisquer distinções;

8- É fato, ainda, constar do referenciado edital, os critérios de aceitabilidade do preço unitário, com o cumprimento dos demais requisitos exigidos por lei;



Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

Rua Comendador José Garcia, 774  
Fone/ fax: (35) 3423-4280  
Pouso Alegre-MG CEP 37550-000  
www.amesp-mg.org.br  
E-mail: amesp@veloxmail.com.br



#### 9- Demais especificações e peculiaridades da licitação.

De outra maneira, percebe-se nos autos a existência, também, de todos os anexos que devem seguir, obrigatoriamente.

No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666/97:

***Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.***

***§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)***

***§ 2º É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.***

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Não se incluem no âmbito da análise desta Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes às especificações, planilhas de preços e quantitativos, etc., posto não deter conhecimento técnico e nem tampouco



Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

Rua Comendador José Garcia, 117  
Fone/ fax: (35) 3423-4780  
Pouso Alegre-MG CEP 37530-000  
www.amesp-mg.org.br  
E-mail: amesp@veloxmail.com.br



competência legal para tanto, sendo a presente manifestação de cunho exclusivamente jurídico e limitada aos aspectos formais do Edital e anexos.

Assim, verifica-se que o processo se encontra regular tendo sua fase interna legalmente concluída, com o Edital de Licitação e respectivos anexos atendendo ao disposto na legislação aplicável.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, e norteado pelo ordenamento jurídico em vigência, APROVO o Edital de Pregão Presencial nº 002/2022 e respectivos anexos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, devendo ser iniciada a fase externa da licitação, tudo nos termos da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente nos termos da Lei nº 8.666/93, ressaltando que devem ser seguidos todos os procedimentos legais para tanto, devendo o Pregoeiro observar, ainda, a disponibilidade do edital aos interessados com a antecedência mínima determinada por lei, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, S.M.J.

Pouso Alegre, 19 de janeiro de 2022.

**José Otávio Ferreira Amaral**

**Advogado – OAB nº 74.071-B**







---

ESTADO DE MINAS GERAIS  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO  
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

---



LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2022** – Objeto: “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, PARA SUBSIDIAR PROJETOS DE ENGENHARIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL**”. A sessão pública será realizada no dia **07 de Fevereiro de 2022 às 09h00min**, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site [amesp.mg.gov.br](http://amesp.mg.gov.br) para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: [licitacao@amesp.mg.gov.br](mailto:licitacao@amesp.mg.gov.br)

**WAGNER DO COUTO**  
Pregoeiro.

**Publicado por:**  
Moacir Franco  
**Código Identificador:** 1FBD7725

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 25/01/2022. Edição 3185  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

**ANEXO I**

**Instrumento de Credenciamento de Representante**

Pelo presente instrumento, a empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.975.828/0001-35, com sede na Rua Joana D'Arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada, João Monlevade/MG, através do seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr. Marcos Venícius Gervásio, portador da Cédula de Identidade RG nº M-2.845.111 e inscrito no CPF/MF sob o nº 519.863.536-72, outorgando-lhe plenos poderes para representa-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

*marcos venicius*  
\_\_\_\_\_  
Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME  
Marina Costa Lima Torres Gervásio  
Representante Legal

**21.975.828/0001-35**

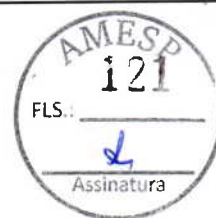
Sondart Sondagens, Fundações  
e Serviços Eireli - ME

Rua Joana D'Arc, 508, SI 101  
Alvorada - CEP 35.930-053  
João Monlevade - MG



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31600193841

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2000471257

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO DO  
VIAS DO ATO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

JOAO MONLEVADE

Local

27 Julho 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.



\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.



\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/435.605-9	MGP2000471257	22/07/2020

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 2/8





**2ª Alteração do Ato Constitutivo**  
**Empresa Individual de Responsabilidade Limitada**  
**Sondart Sondagens, Fundações e Serviços EIRELI – ME**  
**CNPJ 21.975.828/0001-35**

**MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO**, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 03/01/1996, portadora do CPF n.º 121.686.006-86 e RG MG 15.656.819, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliada na rua Rafael José de Souza, n.º 173, bairro Nova Esperança, nesta cidade de João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.931-327, única titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**, com registro na JUCEMG sob n.º 31600193841 em 04/03/2015 e alteração n.º 5728067 em 04/04/2016, inscrita no CNPJ sob n.º 21.975.828/0001-35, resolve alterar suas cláusulas mediante as seguintes condições:

- I – Alteração das Atividades Econômicas;
- II – Alteração de Capital Social;
- III – Recomposição do Ato Constitutivo.

I – A empresa passará neste ato a exercer as atividades de serviço de engenharia e da construção civil; projetos, cálculos, fundações, perfurações e sondagens; prestação de serviços de sinalização vertical e horizontal de vias de tráfego; limpeza de prédios e em domicílios; locação de veículos e equipamentos em caráter permanente ou temporário; construção de edifícios, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas; construção de instalações esportivas e recreativas; obras de alvenaria e obras de fundações;

II - O capital passa neste ato para R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) sendo R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) em equipamentos de construção civil: 01 Bate Estaca Strauss no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e 01 Tripe de sondagem tipo SPT no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco reais) e 95.000,00 integralizados em moeda corrente nacional;

III – À vista da modificação ora ajustada, **CONSOLIDA-SE** a alteração Ato Constitutivo com a seguinte redação:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

**Cláusula Primeira** - A empresa gira sob o nome empresarial de **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**.

**Cláusula Segunda** - O objeto social é serviço de engenharia e da construção civil; projetos, cálculos, fundações, perfurações e sondagens; prestação de serviços de sinalização vertical e horizontal de vias de tráfego; limpeza de prédios e em domicílios; locação de veículos e equipamentos em caráter permanente ou temporário; construção de edifícios, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas; construção de instalações esportivas e recreativas; obras de alvenaria e obras de fundações;

**Cláusula Terceira** - A sede da empresa é na rua Joana D'arc, n.º 508, sala 101, bairro Alvorada, nesta cidade de João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.930-053;

**Cláusula Quarta** - A empresa iniciou suas atividades em 12/02/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Quinta** - O capital social é de R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL reais) sendo R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) em equipamentos de construção civil: 01 Bate Estaca Strauss no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e 01 Tripe de sondagem tipo SPT no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco reais) e 95.000,00,00 integralizado em moeda corrente nacional dividido em 150.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real)

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO	150.000 quotas	R\$ 150.000,00
TOTAL	150.000 quotas	R\$ 150.000,00

**Cláusula Sexta** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento da titular, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, a qual responde solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula Oitava** - A administração da empresa caberá a titular Marina Costa Lima Torres Gervásio, com o poder e atribuição de representação ativa e passiva na empresa, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**Cláusula Nona** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a titular prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/8



econômico, cabendo à titular, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

*Cláusula Décima* - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a titular deliberará sobre as contas e designará administradores quando for o caso.

*Cláusula Décima Primeira* - A signatária do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

*Cláusula Décima Segunda* - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

*Cláusula Décima Terceira* - A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

*Cláusula Décima Quarta* - A titular falecendo ou sendo interditada, a empresa continuará suas atividades com o(s) herdeiro(s), sucessore(s) e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse do(s) herdeiro(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

*Parágrafo único* - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação a sua titular.

*Cláusula Décima Quinta* - A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

*Cláusula Décima Sexta* - Fica eleito o foro de JOAO MONLEVADE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento de alteração e consolidação do Ato Constitutivo.

E assim estando ajustada a titular assina o presente instrumento.

JOÃO MONLEVADE, 22 de Julho de 2020.

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/435.605-9	MGP2000471257	22/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/8





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, de NIRE 3160019384-1 e protocolado sob o número 20/435.605-9 em 23/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7936458, em 28/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Belo Horizonte, terça-feira, 28 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 28/07/2020, às 10:47 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/435.605-9.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 7/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. terça-feira, 28 de julho de 2020

*wh*



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança cc2T Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
ARTESÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME  
MARCOS VENICIUS GERVASIO

DOC IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF  
H2045111 SSP MG

CPE  
519.863.536-72

DATA NASCIMENTO  
27/05/1964

FILIAÇÃO  
ALCIONILO JOSE  
GERVASIO  
SOLANGE MARIA DUARTE  
GERVASIO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
18

Nº REGISTRO  
00621155002

VALIDADE  
03/05/2024

1ª HABILITAÇÃO  
22/09/1989

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO  
06/05/2019

13070083604  
MG555100294

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1768498757

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1768498757

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO  
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP  
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 07 / 02 / 22

FUNÇÃOÁRIO

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, CNPJ nº 21.975.828/0001-35 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

João Monlevade, 07 de fevereiro de 2022.

*monlevade*  
\_\_\_\_\_  
Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME  
Marina Costa Lima Torres Gervásio  
RG nº MG-15.656.818  
Representante Legal

**21.975.828/0001-35**  
Sondart Sondagens, Fundações  
e Serviços Eireli - ME  
Rua Joana D'Arc, 508, SI 101  
Alvorada - CEP 35.930-053  
João Monlevade - MG



# SONDART

## ENVELOPE Nº 1 - "PROPOSTA COMERCIAL"

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

Pregão n.º 02/2022

Objeto: Registro de Pregos - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME

Rua Joana D'Arc, n.º 508, sl. 101, Bairro Alvorada, João Monlevade - MG

Telefone: (31) 3852-3018 E-mail: sondart.servicos@hotmail.com

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

- PROTOCOLO -

Em, 07 / 02 / 22

Horas: 09 : 00



**SONDART SONDAGENS FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**

**RUA JOANA D'ARC, N° 508 - SALA 101 - B. ALVORADA - CEP: 35.930-053 - JOÃO MONLEVADE -**





**ANEXO III**

**PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, estabelecida na Rua Joana D'Arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada, João Monlevade/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.975.828/0001-35, propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em escrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES</b> , para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.	R\$ 1.669.887,25

O valor global da proposta é de: R\$ 1.669.887,25 (Um milhão, seiscentos e sessenta e nove, oitocentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos).

Validade da Proposta: 60 dias.

João Monlevade, 07 de fevereiro de 2022.

  
Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME

Marina Costa Lima Torres Gervásio  
RG nº MG-15.656.818  
Representante Legal

**21.975.828/0001-35**

Sondart Sondagens, Fundações  
e Serviços Eireli - ME

Rua Joana D'Arc, 508, SI 101  
Alvorada - CEP 35.930-053



**ANEXO VIII****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

RAZÃO SOCIAL: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI							
ENDEREÇO: Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada, João Monlevade/MG					E-MAIL: sondart.servicos@yahoo.com.br		
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES.							
LOCAL: SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ							
REFERÊNCIA: SUDECAP NOV/2021					DATA: 07/02/2022		BDI: 27,56 %
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO - R\$		
					UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
SONDAGENS E INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS							
1.0		SONDAGEM A PERCUSSAO D= 2 1/2" (SPT)					
1.1	65.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484: 2020)	UN	150,00	R\$ 920,00	R\$ 1.173,55	R\$ 176.032,50
1.2	65.01.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	12.950,00	R\$ 65,00	R\$ 82,91	R\$ 1.073.684,50
1.3	65.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	925,00	R\$ 161,50	R\$ 206,01	R\$ 190.559,25
TOTAL DO ITEM							R\$ 1.440.276,25
2.0		SONDAGEM A TRADO D= 20 CM					
2.1	65.02.01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	150,00	R\$ 650,00	R\$ 829,14	R\$ 124.371,00
2.2	65.02.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	1.500,00	R\$ 55,00	R\$ 70,16	R\$ 105.240,00
TOTAL DO ITEM							R\$ 229.611,00
TOTAL GERAL							R\$ 1.669.887,25
OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS OS ENCARGOS E IMPOSTOS							

João Monlevade, 07 de fevereiro de 2022.

Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME  
Eng.º Civil e Seg. do Trabalho Marcos Venícius Gervásio  
Responsável Técnico pelo Orçamento Técnico





TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022

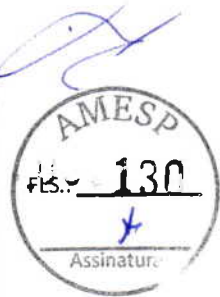
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

TERMO DE LANCE- ITEM ÚNICO

Empresas Classificadas	SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME
Proposta da Empresa	R\$ 1.669.887,25
01	R\$ 1.588.680,50
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	

Pouso Alegre/MG, aos 07 de Fevereiro de 2022.

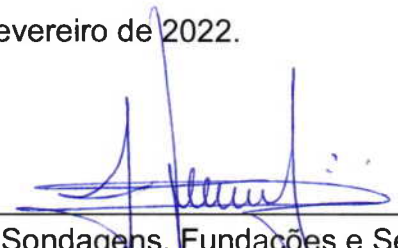
Wagner do Couto  
Pregoeiro



**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

RAZÃO SOCIAL: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI							
ENDEREÇO: Rua Joana D'arc, n° 508, sala 101, Bairro Alvorada, João Monlevade/MG					E-MAIL: sondart.servicos@yahoo.com.br		
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES.							
LOCAL: SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ							
REFERÊNCIA: SUDECAP NOV/2021					DATA: 07/02/2022		BDI: 27,56 %
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO - R\$		
					UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
SONDAGENS E INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS							
1.0		SONDAGEM A PERCUSSAO D= 2 1/2" (SPT)					
1.1	65.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484: 2020)	UN	150,00	R\$ 919,90	R\$ 1.173,42	R\$ 176.013,00
1.2	65.01.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	12.950,00	R\$ 63,00	R\$ 80,36	R\$ 1.040.662,00
1.3	65.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	925,00	R\$ 169,00	R\$ 215,58	R\$ 199.411,50
TOTAL DO ITEM							R\$ 1.416.086,50
2.0		SONDAGEM A TRADO D= 20 CM					
2.1	65.02.01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	150,00	R\$ 5520,00	R\$ 704,13	R\$ 105.619,50
2.2	65.02.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	1.500,00	R\$ 35,00	R\$ 44,65	R\$ 66.974,50
TOTAL DO ITEM							R\$ 172.594,00
TOTAL GERAL							R\$ 1.588.680,50
OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS OS ENCARGOS E IMPOSTOS							

João Monlevade, 07 de fevereiro de 2022.

  
Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME  
Eng.º Civil e Seg. do Trabalho Marcos Venícius Gervásio  
Responsável Técnico pelo Orçamento Técnico



# SONDART

## ENVELOPE Nº 2 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP

Pregão n.º 02/2022

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME

Rua Joana D'Arc, nº 508, sl. 101, Bairro Alvorada, João Monlevade – MG

Telefone: (31) 3852-3018 E-mail: sondart.servicos@hotmail.com

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

- PROTOCOLO -

Em, 07 / 02 / 22

Horas: 09 : 06



**SONDART SONDAGENS FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**

**RUA JOANA D'ARC, Nº 508 - SALA 101 - B. ALVORADA - CEP: 35.930-053 - JOÃO MONLEVADE -**

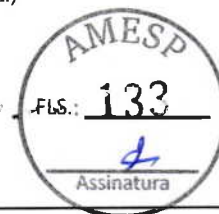






Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31600193841

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2000471257

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

JOAO MONLEVADE

Local

27 Julho 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

## OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/435.605-9	MGP2000471257	22/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/8



**2ª Alteração do Ato Constitutivo**  
**Empresa Individual de Responsabilidade Limitada**  
**Sondart Sondagens, Fundações e Serviços EIRELI – ME**  
**CNPJ 21.975.828/0001-35**

**MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO**, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 03/01/1996, portadora do CPF n.º 121.686.006-86 e RG MG 15.656.819, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliada na rua Rafael José de Souza, n.º 173, bairro Nova Esperança, nesta cidade de João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.931-327, única titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**, com registro na JUCEMG sob n.º 31600193841 em 04/03/2015 e alteração n.º 5728067 em 04/04/2016, inscrita no CNPJ sob n.º 21.975.828/0001-35, resolve alterar suas cláusulas mediante as seguintes condições:

- I – Alteração das Atividades Econômicas;
- II – Alteração de Capital Social;
- III – Recomposição do Ato Constitutivo.

I – A empresa passará neste ato a exercer as atividades de serviço de engenharia e da construção civil; projetos, cálculos, fundações, perfurações e sondagens; prestação de serviços de sinalização vertical e horizontal de vias de tráfego; limpeza de prédios e em domicílios; locação de veículos e equipamentos em caráter permanente ou temporário; construção de edifícios, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas; construção de instalações esportivas e recreativas; obras de alvenaria e obras de fundações;

II - O capital passa neste ato para R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) sendo R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) em equipamentos de construção civil: 01 Bate Estaca Strauss no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e 01 Tripe de sondagem tipo SPT no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco reais) e 95.000,00 integralizados em moeda corrente nacional;

III – À vista da modificação ora ajustada, **CONSOLIDA-SE** a alteração Ato Constitutivo com a seguinte redação:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.





## CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

**Cláusula Primeira** - A empresa gira sob o nome empresarial de **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**.

**Cláusula Segunda** - O objeto social é serviço de engenharia e da construção civil; projetos, cálculos, fundações, perfurações e sondagens; prestação de serviços de sinalização vertical e horizontal de vias de tráfego; limpeza de prédios e em domicílios; locação de veículos e equipamentos em caráter permanente ou temporário; construção de edifícios, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas; construção de instalações esportivas e recreativas; obras de alvenaria e obras de fundações;

**Cláusula Terceira** - A sede da empresa é na rua Joana D'arc, n.º 508, sala 101, bairro Alvorada, nesta cidade de João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.930-053;

**Cláusula Quarta** - A empresa iniciou suas atividades em 12/02/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Quinta** - O capital social é de R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL reais) sendo R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) em equipamentos de construção civil: 01 Bate Estaca Strauss no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e 01 Tripe de sondagem tipo SPT no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco reais) e 95.000,00,00 integralizado em moeda corrente nacional dividido em 150.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real)

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO	150.000 quotas	R\$ 150.000,00
TOTAL	150.000 quotas	R\$ 150.000,00

**Cláusula Sexta** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento da titular, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, a qual responde solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula Oitava** - A administração da empresa caberá a titular Marina Costa Lima Torres Gervásio, com o poder e atribuição de representação ativa e passiva na empresa, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

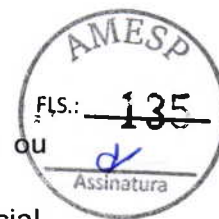
**Cláusula Nona** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a titular prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



econômico, cabendo à titular, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

*Cláusula Décima* - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a titular deliberará sobre as contas e designará administradores quando for o caso.

*Cláusula Décima Primeira* - A signatária do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

*Cláusula Décima Segunda* - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

*Cláusula Décima Terceira* - A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

*Cláusula Décima Quarta* - A titular falecendo ou sendo interdita, a empresa continuará suas atividades com o(s) herdeiro(s), sucessore(s) e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse do(s) herdeiro(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

*Parágrafo único* - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação a sua titular.

*Cláusula Décima Quinta* - A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

*Cláusula Décima Sexta* - Fica eleito o foro de JOAO MONLEVADE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento de alteração e consolidação do Ato Constitutivo.

E assim estando ajustada a titular assina o presente instrumento.

JOÃO MONLEVADE, 22 de Julho de 2020.

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/435.605-9	MGP2000471257	22/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1







## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, de NIRE 3160019384-1 e protocolado sob o número 20/435.605-9 em 23/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7936458, em 28/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Belo Horizonte. terça-feira, 28 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 28/07/2020, às 10:47 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/435.605-9.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, terça-feira, 28 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO**

A empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, inscrita no CNPJ/MF o nº 21.975.828/0001-35, por intermédio de seu representante legal, a Srta. Marina Costa Lima Torres Gervásio, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG-15.656.818 e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.686.006-86, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (x).

João Monlevade, 07 de fevereiro de 2022.

*mdgervásio*  
Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME  
Marina Costa Lima Torres Gervásio  
Representante Legal

**21.975.828/0001-35**

Sondart Sondagens, Fundações  
e Serviços Eireli - ME

Rua Joana D'Arc, 508, SI 101

Alvorada - CEP 35.930-053

João Monlevade - MG



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-MG**

Nº 2842452/2021

Emissão: 23/08/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: 67zZA

FLS.: \_\_\_\_\_

Assinatura

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

**Interessado(a)**

Empresa: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**

CNPJ: 21.975.828/0001-35

Registro: 0000049220

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 150.000,00

Data do Capital: 28/07/2020

Faixa: 2

Objetivo Social Pleno: SERVICO DE ENGENHARIA E DA CONSTRUCAO CIVIL, PROJETOS, CALCULOS, FUNDACOES, PERFURACOES E SONDAGENS, PRESTACAO DE SERVICOS DE SINALIZACAO VERTICAL E HO RIZONTAL DE VIAS DE TRAFEGO, LIMPEZA DE PREDIOS E EM DOMICILIOS, LOCAAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS EM CARATER PERMANENTE OU TEMPORARIO.\*\*\*\*\*

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA JOANA DARCI, 508, SALA 101, ALVORADA, JOAO MONLEVADE, MG, 35930053

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA NACIONAL

Data Inicial: 01/08/2016

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 068706

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

**Informações / Notas**

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2021 (6/6)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsáveis Técnicos**

Profissional: **THIAGO MARTINS PEREIRA**

Registro: 1413962149

CPF: 086.350.956-85

Data Início: 28/04/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

**ENGENHEIRO CIVIL**

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: **RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Profissional: **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO**

Registro: 1418858170

CPF: 121.686.006-86

Data Início: 06/11/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

**ENGENHEIRA CIVIL**

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: **RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Profissional: **KARINE JULIA DOS SANTOS**

Registro: 1418301213





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-MG**

Nº 2842452/2021

Emissão: 23/08/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: 67zZA



**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

CPF: 123.748.706-42

Data Início: 19/03/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ATRIBUIÇÃO INICIAL DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: AR TIGO 7 DA LEI 5194/66, COMBINADAS COM AS ATIVIDADES RELACIONADAS NO ARTIGO 1 DA RES 218/73 E NO PARA GRAFO 1 DO ARTIGO 5 DA RES 1073/16 DO CONFEA. ATRIBUIÇÃO INICIAL DE CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: AR TIGO 29 DO DECRETO 23569/33 ALÍNEAS A A D E ARTIGO 7 DA RES 21

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: JESSICA VIANA CARVALHO

Registro: 1415431345

CPF: 069.276.776-23

Data Início: 20/03/2018

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ART. 7 DA LEI 5.194/66 E ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA. // ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ART. 7 DA LEI 5.194/66 E ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA. // ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: MARCOS VENÍCIUS GERVASIO

Registro: 1403092010

CPF: 519.863.536-72

Data Início: 01/08/2016

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. // ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1933. // ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. // ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1933. // ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO



A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitao.com.br/publico/>, com a chave: 67zZA

Impresso em: 23/08/2021 às 10:41:46 por: adapt, ip: 187.86.74.35





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-MG**

**Nº 2780796/2021**  
 Emissão: 25/03/2021  
 Validade: 31/03/2022  
 Chave: Z2CY5

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**



CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.  
 CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

**Interessado(a)**

Profissional: **MARCOS VENICIUS GERVASIO**

Registro: 1403092010

CPF: 519.863.536-72

Endereço: RUA RAFAEL JOSE DE SOUZA, 173, NOVA ESPERANCA, JOAO MONLEVADE, MG, 35931327

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 09/08/1989

**Título(s)**

**GRADUAÇÃO**

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. // ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1933. // ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Data de Formação: 04/07/1988

**PÓS - GRADUAÇÃO**

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. // ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1933. // ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Data de Formação: 18/12/2012

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

**Informações / Notas**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2021 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsabilidades Técnicas**

Empresa: GEOSOLOS FUNDACOES E CONSTRUÇÕES EIRELI

Registro: 73780

CNPJ: 71.158.307/0001-63

Data Início: 09/06/1994

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Empresa: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME

Registro: 49220

CNPJ: 21.975.828/0001-35

Data Início: 01/08/2016

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

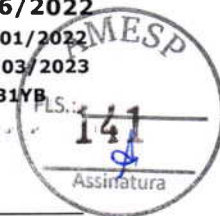
**CREA-MG**

Nº 2878436/2022

Emissão: 27/01/2022

Validade: 31/03/2023

Chave: 231YB



**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

**Interessado(a)**

Profissional: **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO**

Registro: 1418858170

CPF: 121.686.006-86

Endereço: RUA RAFAEL JOSE DE SOUZA, 173, NOVA ESPERANCA, JOAO MONLEVADE, MG, 35931327

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAIS)

Data de registro: 06/02/2020

**Título(s)**

**GRADUAÇÃO**

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Data de Formação: 24/08/2019

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

**Informações / Notas**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2021 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsabilidades Técnicas**

Empresa: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME

Registro: 0000049220

CNPJ: 21.975.828/0001-35

Data Início: 06/11/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA



A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 231YB  
 Impresso em: 27/01/2022 às 08:54:18 por: adapt, ip: 187.86.79.7



Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973  
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017  
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2836046/2021

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO**  
Registro: **MG0000246191D MG** RNP: **1418858170**  
Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

Número da ART: **MG20210482966** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **09/08/2021** Baixada em: **09/08/2021**  
Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**  
Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE** CPF/CNPJ: **01.625.189/0001-70**  
Endereço do contratante: **RUA JOSÉ ANTÔNIO NASCIMENTO** Nº: **89**  
Complemento: Bairro: **CENTRO**  
Cidade: **SEM PEIXE** UF: **MG** CEP: **35441000**  
Contrato: Celebrado em: **29/06/2020**  
Valor do contrato: **R\$ 5.909,80** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**  
Ação institucional: **Outros**  
Endereço da obra/serviço: **AREA DIVERSOS LOGRADOUROS** Nº: **S/N**  
Complemento: Bairro: **DIVERSOS**  
Cidade: **SEM PEIXE** UF: **MG** CEP: **35441000**  
Data de início: **29/06/2020** Conclusão efetiva: **31/12/2020**  
Finalidade: **OUTROS**  
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE** CPF/CNPJ: **01.625.189/0001-70**

Atividade Técnica: **2016 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.6 - DE ENSAIO FÍSICO DE SOLOS 49 - Execução de obra 108.30 metro;**

Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO EM DIVERSOS LOGRADOUROS, CONFORME DISPENSA Mº 037/2020 E PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2020.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nela constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2836046/2021  
09/08/2021, 09:53  
535Zc

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 535Zc

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)



CREA-MG

Impresso em: 09/08/2021 às 10:11  
Agrupada de Minas Gerais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE**

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Praça São Sebastião, nº 440 B – Centro  
Sem Peixe/MG - CEP: 35441-000

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atendendo à solicitação da empresa SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, com sede à Rua Joana D'Arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada – João Monlevade/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 21.975.828/0001-35, ATESTAMOS, para devidos fins de direito que executou para a Prefeitura Municipal de Sem Peixe – Estado de Minas Gerais, o serviço de Sondagem de Solo, tipo SPT (Standard Penetration Test), em diversos logradouros no município de Sem Peixe, de acordo com a Dispensa nº 037/2020 e Processo Licitatório nº 067/2020.

**Período de execução dos serviços: 29/06/2020 à 31/12/2020.**

**Responsável Técnico: Marina Costa Lima Torres Gervásio – CREA/MG nº 246191/D**

**Locais dos serviços:**

- Avenida Maria Paiva Repolês, s/n, bairro Nova Colônia - Sem Peixe/MG;
- Rua Jair Nunes Cordeiro, S/N, São Bartolomeu – Sem Peixe/MG;
- Distrito de São Bartolomeu – Sem Peixe/MG.

**ART nº: 14202000000061433135**

**Serviços prestados:**

Quantidade total: 09 (nove) furos de sondagem – 108,30 metros, sendo:

- Execução de 03 (três) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 29,80 metros
- Execução de 03 (três) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 36,00 metros.
- Execução de 03 (três) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 42,50 metros.

**Finalidade: Certidão para fins de direito.**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, dentro das normas e especificações técnicas exigidas.

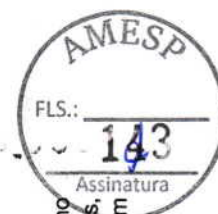
Sem Peixe, 25 de maio de 2021.

**Eder Eloi Alves Pena**  
Prefeito Municipal  
CPF: 105.447.386-24

**Eder Eloi Alves Pena**  
Prefeito Municipal  
105.447.386-24  
Prefeitura Municipal de Sem Peixe

**Sérgio Luiz M. Barros Cotta**  
Engº Civil e Seg. Trabalho  
CREA-MG 52.129/D  
**Sérgio Luiz Mendes Barros Cotta**  
Engº Civil e Seg. Trabalho  
CREA-MG 52.129/D

CNPJ: 01.625.189/0001-70



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2836046/2021, emitida em 09/08/2021



Certidão nº 2836046/2021  
09/08/2021, 10:11  
Chave de Impressão: 535Zc

O documento neste ato registrado foi emitido em 06/08/2021 e contém 1 folhas



**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-MG**

Impresso em: 09/08/2021, às 10:11







## Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973  
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017  
 Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2878501/2022

Atividade concluída



## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARCOS VENICIUS GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARCOS VENICIUS GERVASIO**Registro: **MG0000051118D MG** RNP: **1403092010**Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Número da ART: **MG20220880185** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **28/01/2022** Baixada em: **28/01/2022**  
 Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**  
 Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**

Contratante: **Consortio Opus Projetos**CPF/CNPJ: **32.250.651/0001-26**Endereço do contratante: **RUA ARAGUARI**Nº: **741**Complemento: **Sala 101**Bairro: **BARRO PRETO**Cidade: **BELO HORIZONTE**UF: **MG**CEP: **30190114**Contrato: **035/2021**Celebrado em: **27/09/2021**Valor do contrato: **R\$ 6.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **RUA ITAGUÁ**Nº: **S/N**Complemento: **ESQUINA COM RUA JADIR FERREIRA LAURIÃO**Bairro: **CENTRO**Cidade: **BRUMADINHO**UF: **MG**CEP: **35460000**Data de início: **07/10/2021**Conclusão efetiva: **26/01/2022**Finalidade: **ESCOLAR**Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**CPF/CNPJ: **18.363.929/0001-40**

Atividade Técnica: **16 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.6 - DE ENSAIO FÍSICO DE SOLOS 49 - Execução de obra 12.00 unidade;**

## Observações

EXECUÇÃO DE 12 FUROS DE SONDAGEM TIPO SPT TOTALIZANDO 103 MTs, CONFORME SOLICITAÇÃO DO CONTRATANTE. ART VINCULADA À ART MÚLTIPLA Nº MG20210789558.

## Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2878501/2022

28/01/2022, 10:57

zBZ08

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: zBZ08

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)

CREA-MG

Impresso em: 28/01/2022, às 13:51.



**CERTIDÃO**

A P. AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI, líder do Consórcio Opus Projetos, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Araguari, 511, 7º andar, no Bairro Barro Preto, Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, CEP: 30.190-114, inscrita no CNPJ sob o nº 24.121.744/0001-22, através do Contrato Administrativo com a Prefeitura Municipal de Brumadinho nº 61-2019 | PA 131-2018 | RP 021-2018 | PPRP 025-2018, atendendo à solicitação da interessada, ATESTA, que a empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, serviços de sondagem a percussão tipo SPT (Standard Penetration Test), conforme descrito abaixo:

Serviço Prestado	12 (doze) furos de sondagem tipo SPT, totalizando 103,00 metros
Responsável Técnico	Marcos Venícios Gervásio CREA/MG nº 51.118/D
Endereço obra	Rua Itaguá com Rua Jadir Ferreira Laurião, s/n, Centro – Brumadinho/MG.
Prazo de execução dos serviços	07/10/2021 à 03/11/2021
ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)	MG20210789558

**Finalidade: Certidão para fins de direito.**

Certificamos ainda que os serviços foram executados satisfatoriamente, atendendo às normas vigentes e contratuais.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2021.

  
**Diego Avelar da Silva Santos**  
 Diretor Comercial  
 P. AVELAR ENGENHARIA  
 CNPJ: 24.121.744/0001-22

**DIEGO AVELAR SILVA SANTOS**  
 Diretor Comercial / CPF: 054.355.966-10  
 Empresa Líder: P Avelar Consultoria e Serviços Eireli  
 CONSÓRCIO OPUS PROJETOS  
 CNPJ: 32.250.651/0001-26

**P.AVELAR  
 CONSULTORIA E  
 SERVIÇOS  
 EIRELI:24121744000122**

Assinado de forma digital por  
 P.AVELAR CONSULTORIA E  
 SERVIÇOS EIRELI:24121744000122  
 Dados: 2021.12.15 14:44:03 -03'00'

Empresa Líder: P Avelar Consultoria e Serviços Eireli  
 CONSÓRCIO OPUS PROJETOS  
 CNPJ: 32.250.651/0001-26

[www.pavelarengenharia.com.br](http://www.pavelarengenharia.com.br)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2878501/2022, emitida em 28/01/2022



Certidão nº 2878501/2022  
 28/01/2022, 13:51  
 Chave de Impressão: zBZ08

O documento neste ato registrado foi emitido em 28/01/2022 e contém 1 folhas

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
 Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
 Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-MG**

Impresso em: 28/01/2022, às 13:51.





## Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973  
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017  
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

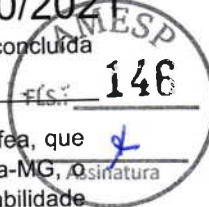
CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2869150/2021

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARCOS VENICIUS GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARCOS VENICIUS GERVASIO**Registro: **MG0000051118D MG** RNP: **1403092010**Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Número da ART: **MG20210435070** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **30/07/2021** Baixada em: **15/12/2021**  
Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**  
Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**

Contratante: **VIAVOZ EIRELI**Endereço do contratante: **AVENIDA GETÚLIO VARGAS**Complemento: **SALA 701**Cidade: **BELO HORIZONTE**Contrato: **012/2021**Valor do contrato: **R\$ 8.000,00**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **OUTROS DIVERSOS LOGRADOUROS**

Complemento:

Cidade: **SANTA LUZIA**Data de início: **29/06/2021**Finalidade: **OUTROS**Proprietário: **MUNICIPIO DE SANTA LUZIA**Celebrado em: **22/06/2021**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**CPF/CNPJ: **05.874.447/0001-03**Nº: **1710**Bairro: **FUNCIONÁRIOS**UF: **MG**CEP: **30112021**Nº: **S/N**Bairro: **FRIMISA**UF: **MG**CEP: **33045090**CPF/CNPJ: **18.715.409/0001-50**

Atividade Técnica: **16 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.6 - DE ENSAIO FÍSICO DE SOLOS 49 - Execução de obra 18.00 unidade;**

## Observações

EXECUÇÃO DE 18 FUROS DE SONDAGEM TIPO SPT (STANDARD PENETRATION TEST), CONFORME CONTRATO Nº 012/2021, SENDO: - 08 FUROS DE SONDAGEM NA FONTE EM FRENTE AO VIADUTO, RODOVIA CAMILO TEIXEIRA DA COSTA, VILA OLGA - SANTA LUZIA/MG; - 02 FUROS DE SONDAGEM NA PRAÇA ADEODATO, AV RAUL TEIXEIRA DA COSTA SOBRINHO, 1174-1186, CAMELOS - SANTA LUZIA/MG; - 08 FUROS DE SONDAGEM NO MIRANTE NDAS MARAVILHAS, ESTRADA DAS MARAVILHAS, FRIMISA - SANTA LUZIA/MG.

## Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2869150/2021

15/12/2021, 16:55

WdwxB

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: WdwxB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)

CREA-MG

Impresso em: 15/12/2021, 16:55








### ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para os devidos fins que a **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**, inscrita sob o CNPJ Nº 21.975.828/0001-35, CREA MG Nº 68706, localizada em João Monlevade/MG, executou para a empresa VIAVOZ EIRELI, inscrita sob o CNPJ Nº 05.874.447/0001-03 e localizada à Avenida Getúlio Vargas, 1710, sala 701, bairro Funcionários – Belo Horizonte/MG, os serviços de sondagem a percussão tipo SPT em diversas localidades no município de Santa Luzia/MG abaixo listados, conforme contrato nº 103/2021, firmado entre a Viavoz Eireli e a Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

#### DADOS DOS SERVIÇOS:

- **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** MARCOS VENÍCIUS GERVÁSIO – CREA 51.118/D
- **PERÍODO DE EXECUÇÃO:** 29/06 À 12/07/2021
- **ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART):** MG20210435070
- **FINALIDADE:** CERTIDÃO PARA FINS DE DIREITO

ENDEREÇO TERRENO	QUANT. FUROS	PROF. TOTAL (M)
Fonte em frente ao viaduto, Rodovia Camilo Teixeira da Costa, bairro Vila Olga – Santa Luzia/MG	08 furos	60,00 m
Praça Adeodato, Av. Raul Teixeira da Costa Sobrinho, 1174-1186, bairro Camelos – Santa Luzia/MG	02 furos	21,00 m
Mirante das Maravilhas, estrada das maravilhas, bairro frimisa – Santa Luzia/mg	08 furos	52,00 m

Av. Getúlio Vargas, 1710 Sala 701 – Funcionários - Belo Horizonte/MG CEP: 30.112-021 Tel.: (31) 3281-5760

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-MG**

Impresso em: 15/12/2021 às 17:01.



Certidão nº 2869150/2021

15/12/2021, 17:01

Chave de Impressão: WdwxB

O documento neste ato registrado foi emitido em 15/12/2021 e contém 2 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2869150/2021, emitida em 15/12/2021





# viavoz



Quantidade total: 18 (dezoito) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 133,00 metros.

Os serviços foram executados dentro das normas e especificações técnicas de prazo e qualidade exigidas.

Por ser verdade, firmo o presente.

Belo Horizonte/MG, 14 de dezembro de 2021.

SINVAL

LADEIRA:13797247672

Assinado de forma digital por SINVAL  
LADEIRA:13797247672  
Dados: 2021.12.14 13:53:21 -03'00'

Sinval Ladeira - CPF: 137.972.476-72

Sócio Proprietário

Viavoz Eireli - CNPJ: 05.874.447/0001-03

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2869150/2021, emitida em 15/12/2021



Certidão nº 2869150/2021

15/12/2021, 17:01

Chave de Impressão: WdwxB

O documento neste ato registrado foi emitido em 15/12/2021 e contém 2 folhas

Av. Getúlio Vargas, 1710 Sala 701 – Funcionários - Belo Horizonte/MG CEP: 30.112-021 Tel.: (31) 3281-5760

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-  
MG

Impresso em: 15/12/2021 às 17:01.





## Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973  
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017  
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2876616/2022

Atividade concluída

Assinatura

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO**  
Registro: **MG0000246191D MG** RNP: **1418858170**  
Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

Número da ART: **MG20220862290** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **20/01/2022** Baixada em: **20/01/2022**  
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**  
Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**

Contratante: **VIAVOZ EIRELI** CPF/CNPJ: **05.874.447/0001-03**  
Endereço do contratante: **AVENIDA GETÚLIO VARGAS** Nº: **1710**  
Complemento: **SALA 701** Bairro: **FUNCIONÁRIOS**  
Cidade: **BELO HORIZONTE** UF: **MG** CEP: **30112021**  
Contrato: Celebrado em: **04/01/2022**  
Valor do contrato: **R\$ 8.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**  
Ação institucional: **Outros**  
Endereço da obra/serviço: **OUTROS DIVERSOS LOGRADOUROS** Nº: **S/N**  
Complemento: Bairro: **JARDIM VILA RICA**  
Cidade: **PASSOS** UF: **MG** CEP: **37901016**  
Data de início: **10/01/2022** Conclusão efetiva: **21/01/2022**  
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**  
Proprietário: **VIAVOZ EIRELI** CPF/CNPJ: **05.874.447/0001-03**

Atividade Técnica: **16 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.2 - A PERCUSSÃO 55 - Execução de serviço técnico 10.00 unidade;**

## Observações

EXECUÇÃO DE SONDAGEM TIPO SPT EM DIVERSOS LOGRADOUROS, CONFORME SOLICITAÇÃO DO CONTRATANTE, SENDO: - 03 FUROS DE SONDAGEM NA RUA NITERÓI, EROSÃO DA RUA NITERÓI, JARDIM HARMONIA - PASSOS/MG; - 05 FUROS DE SONDAGEM NA AVENIDA PALMARES, CÔRREGO SÃO DOMINGOS, JARDIM VILA RICA - PASSOS/MG; - 02 FUROS DE SONDAGEM NA RUA ANTÔNIO MILTON DE FARIA, CAMPO DE FUTEBOL, JARDIM ITÁLIA - PASSOS/MG. VINCULADA À ART MÚLTIPLA Nº MG20220853824

## Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2876616/2022  
21/01/2022, 09:48  
YW73b

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: YW73b

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)



CREA-MG

Impresso em: 21/01/2022, às 09:54.  
Agrupada de Minas Gerais



# viavoz

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Atestamos a pedido da interessada e para os devidos fins que a empresa SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, CREA MG nº 68706, sediada à Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada – João Monlevade/MG, executou para a empresa VIAVOZ EIRELI, inscrita sob o CNPJ: 05.874.447/0001-03 e localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 1710, sala 701, bairro Funcionários – Belo Horizonte/MG, os serviços de sondagem à percussão tipo SPT (Standard Penetration Test) em diversas localidades do município de Passos/MG abaixo listados, conforme contrato firmado entre a Viavoz Eireli e Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG.

### DADOS DOS SERVIÇOS:

ART nº: MG20220853824

**Responsável Técnico:** Marina Costa Lima Torres Gervásio – CREA/MG nº 246.191/D

**Período de execução dos serviços:** 10/01/2022 à 18/01/2022.

**Finalidade:** Certidão para fins de direito.

Local do Serviço Executado	Descrição dos serviços	Quant. (M)
Rua Niterói, s/n, (Erosão da Rua Niterói), bairro Jardim Harmonia – Passos/MG.	03 furos de sondagem	38,00 m
Avenida Palmares, s/n, Córrego São Domingos, bairro Jardim Vila Rica – Passos/MG.	05 furos de sondagem	54,00 m
Rua Antônio Milton de Faria, s/n, Campo de Futebol, bairro Jardim Itália – Passos/MG.	02 furos de sondagem	15,00 m

Quantidade total: 10 (dez) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 107,00 metros.

Avenida Getúlio Vargas, 1710 – Sala 701 – Funcionários - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30112-021 Tel.: 3281-5760

Eng. Sinval Ladeira  
CREA-MG 28498/D

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 21/01/2022, às 09:54

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2876616/2022, emitida em 21/01/2022



Certidão nº 2876616/2022  
21/01/2022, 09:54

Chave de Impressão: YW73b

O documento neste ato registrado foi emitido em 21/01/2022 e contém 2 folhas



# viavoz

Atestamos ainda que, os serviços foram executados dentro das normas e especificações técnicas de prazo e qualidade exigidas.

Por ser verdade, firmo o presente.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2022.



Sinval Ladeira – CPF: 137.972.476-72  
Sócio Proprietário  
Viavoz Eireli – CNPJ: 05.874.447/0001-03

Eng. Sinval Ladeira  
CREA-MG 28498/D



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2876616/2022, emitida em 21/01/2022



Certidão nº 2876616/2022  
21/01/2022, 09:54

Chave de Impressão: YW73b

O documento neste ato registrado foi emitido em 21/01/2022 e contém 2 folhas

Avenida Getúlio Vargas, 1710 – Sala 701 – Funcionários - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30112-021 Tel.: 3281-5760

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-MG**

Impresso em: 21/01/2022, às 09:54  
Agência de Minas Gerais







## Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973  
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017  
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2871665/2021

Atividade concluída  
FLS.: 152

Assinatura

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO**Registro: **MG0000246191D MG** RNP: **1418858170**Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**Número da ART: **MG20210820224**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **28/12/2021**Baixada em: **28/12/2021**Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**Contratante: **P.AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **24.121.744/0001-22**Endereço do contratante: **RUA ARAGUARI**Nº: **511**Complemento: **7º ANDAR**Bairro: **BARRO PRETO**Cidade: **BELO HORIZONTE**UF: **MG**CEP: **30190110**Contrato: **041/2021**Celebrado em: **28/10/2021**Valor do contrato: **R\$ 8.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **AVENIDA ALTAMIRA**Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **CAMARGOS**Cidade: **IBIRITÉ**UF: **MG**CEP: **32400000**Data de início: **08/11/2021**Conclusão efetiva: **22/12/2021**Finalidade: **RESIDENCIAL**Proprietário: **MUNICIPIO DE IBIRITE**CPF/CNPJ: **18.715.490/0001-78**

Atividade Técnica: **16 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.6 - DE ENSAIO FÍSICO DE SOLOS 55 - Execução de serviço técnico 42.00 unidade;**

## Observações

EXECUÇÃO DE FUROS DE SONDAGEM TIPO SPT (STANDARD PENETRATION TEST), CONFORME SOLICITAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE, SENDO: \* 28 FUROS DE SONDAGEM NA AV. ALTAMIRA, BAIRRO CAMARGOS - IBIRITÉ/MG; \*

## Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2871665/2021

28/12/2021, 16:12

ZCZ9b

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: ZCZ9b

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)



CREA-MG

Impresso em: 28/12/2021, 16:13





### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A P. AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Araguari, 511, 7º andar, no Bairro Barro Preto, Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, CEP: 30.190-114, inscrita no CNPJ sob o nº 24.121.744/0001-22, através do Contrato Administrativo com a Prefeitura Municipal de Ibitiré nº 093/2021 ARP nº 010/2021 PE nº 008/2021 PA nº 038/2021, CERTIFICA, que a empresa SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, CREA MG nº 68706, com sede à Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada – João Monlevade/MG, executou os serviços de sondagem a percussão tipo SPT (Standard Penetration Test) em terreno localizado à Avenida Altamira, s/n, Camargos – Ibitiré/MG.

- Responsável Técnico: Marina Costa Lima Torres Gervásio – CREA/MG nº 246.191/D
- ART nº: MG20210702162
- Período de execução dos serviços: 08/11/2021 à 22/12/2021
- Serviço executado: 28 (vinte e oito) furos de sondagem tipo SPT= 282,50 metros lineares.

**Finalidade:** Certidão para fins de direito.

Atestamos os serviços foram executados satisfatoriamente, atendendo às normas e especificações técnicas exigidas, não havendo em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte/MG, 15 de dezembro de 2021.

  
**Diego Avelar da Silva Santos**  
 Diretor Comercial  
 P. AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI  
 CNPJ: 24.121.744/0001-22

**DIEGO AVELAR SILVA SANTOS**  
 Diretor Comercial / CPF: 054.355.966-10  
 P. AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI  
 CNPJ: 24.121.744/0001-22

P. AVELAR  
 CONSULTORIA E  
 SERVIÇOS  
 EIRELI: 24121744000122  
 EIRELI: 24121744000122

Assinado de forma digital por  
 P. AVELAR CONSULTORIA E  
 SERVIÇOS  
 EIRELI: 24121744000122  
 Dados: 2021.12.15 14:44:43  
 -03'00'

P. AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI  
 CNPJ: 24.121.744/0001-22

[www.pavelarengenharia.com.br](http://www.pavelarengenharia.com.br)



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2871665/2021, emitida em 28/12/2021



Certidão nº 2871665/2021  
 28/12/2021, 16:13  
 Chave de Impressão: ZCZ9b  
 O documento neste ato registrado foi emitido em 28/12/2021 e contém folhas

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
 Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
 Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)



**CREA-MG**

Impresso em: 28/12/2021, 16:13  
 Agronomia de Minas Gerais





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

**CREA-MG**

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**2871076/2021**

Atividade em andamento

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARCOS VENICIUS GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARCOS VENICIUS GERVASIO**

Registro: **MG0000051118D MG** RNP: **1403092010**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Número da ART: **MG20210391243**

Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**

Registrada em: **05/07/2021**

Forma de registro: **INICIAL**

Participação técnica: **INDIVIDUAL**

Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**

Contratante: **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA/MG**

Endereço do contratante: **PRAÇA CLEVES DE FARIA**

Complemento:

Cidade: **SANTA BÁRBARA**

Contrato: **051/2021**

Valor do contrato: **R\$ 236.904,43**

Ação institucional: **Outros**

Endereço da obra/serviço: **OUTROS DIVERSOS LOGRADOUROS E AREAS DO MUNICIPIO**

Complemento:

Cidade: **SANTA BÁRBARA**

Data de início: **29/06/2021**

Finalidade: **OUTROS**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA/MG**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CPF/CNPJ: **19.391.945/0001-00**

Nº: **122**

CEP: **35960000**

Celebrado em: **15/06/2021**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Nº: **-**

Bairro: **-**

UF: **MG**

CEP: **35960000**

CPF/CNPJ: **19.391.945/0001-00**

Atividade Técnica: **16 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.2 - A PERCUSSÃO 55 - Execução de serviço técnico 2400.00 metro;**

Observações

EXECUÇÃO DE 2.400 METROS DE SONDAGEM TIPO SPT EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA, CONFORME CONTRATO Nº 051/2021, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021, PROCESSO Nº 096/2021.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 2871076/2021**

**23/12/2021, 09:58**

**4337A**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 4337A

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)



**CREA-MG**

Impresso em: **23/12/2021, 14:24**  
Agência de Minas Gerais







Prefeitura de  
**Santa  
Bárbara**

Secretaria Municipal  
de Infraestrutura  
e Urbanismo



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a pedido da interessada e para os devidos fins que a empresa **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, CREA MG nº 68706, sediada à Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada na cidade de João Monlevade/MG, está executando para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**, os serviços de sondagem a percussão tipo SPT (Standard Penetration Test) em diversas localidades no município de Santa Bárbara, de acordo com o Contrato.

#### **DADOS CONTRATUAIS:**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Santa Bárbara/MG – CNPJ: 19.391.945/0001-00, Praça Cleves Faria, 122, Centro.

**Responsável Técnico:** Marcos Venicius Gervásio – CREA/MG nº 51.118/D  
**ART nº:** MG202110391243

**Responsável Técnico Complementar:** Marina Costa Lima Torres Gervásio – CREA/MG nº 246.191/D  
**ART Complementar nº:** MG20210459705

**Contrato:** Ata de Registro de Preço nº 051/2019, Pregão 014/2021, Processo nº 096/2021.

**Período do contrato:** 29/06/2021 à 14/06/2022.

**Período de execução dos serviços deste atestado:** 06/07/2021 à 19/08/2021

**Valor do contrato:** R\$ 236.904,43 (Duzentos e trinta e seis mil, novecentos e quatro reais e quarenta e três centavos).

**Valor dos serviços efetivamente executados conforme no contrato original:** R\$ 26.291,39 (Vinte e seis mil, duzentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos).

#### **PLANILHA DE SERVIÇOS E QUANTIDADES EXECUTADAS**

Local do Serviço Executado	Descrição dos serviços	Quant. (M)
Estrada de Conceição, s/n, Zona Rural, Comunidade Rural Paiol – Santa Bárbara/MG	06 (seis) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	32,00
Estrada do Tangiru, s/n Zona Rural, Comunidade Rural Tangiru – Santa Bárbara/MG	06 (seis) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	51,00
Avenida do Ouro, Interligação Bairros Centro e Campestre – Santa Bárbara/MG.	04 (quatro) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	48,00
Distrito de Barra Feliz – Santa Bárbara/MG.	03 (três) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	16,00

9 Rua Cristiano Geo Maia, 95 | Centro | Santa Bárbara | MG | 35960-000  
(31) 3832-4309 ou (31) 3832-1734 @ santabarbara.mg.gov.br  
obras@santabarbara.mg.gov.br / adm\_obras@santabarbara.mg.gov.br

Página 1 de 2

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2871076/2021, emitida em 23/12/2021



Certidão nº 2871076/2021  
23/12/2021, 11:24

Chave de Impressão: 4337A

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/12/2021 e contém 2 folhas

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-  
MG**

Impresso em: 23/12/2021, 11:24  
Agência de Minas Gerais







Prefeitura de  
**Santa  
Bárbara**

Secretaria Municipal  
de Infraestrutura  
e Urbanismo




Distrito de Florália – Santa Bárbara/MG	04 (quatro) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	30,00
Distrito de Bateias – Santa Bárbara/MG.	04 (quatro) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	46,00

Quantidade total: 27 (vinte e sete) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 223,00 metros.

**Finalidade: Certidão para fins de direito.**

Atestamos ainda que, os serviços foram executados com qualidade satisfatória, atendendo as exigências contratuais.

Santa Bárbara, 13 de dezembro de 2021.

  
Robson Ramundo do Nascimento  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2871076/2021, emitida em 23/12/2021



☎ Rua Cristiane Geo Maia, 95 | Centro | Santa Bárbara | MG | 35960-000  
☎ (31) 3832-4389 ou (31) 3832-1734 ✉ santabarbara.mg.gov.br  
✉ obras@santabarbara.mg.gov.br / adm\_obras@santabarbara.mg.gov.br

Página 2 de 2

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-  
MG**

Impresso em: 23/12/2021, às 11:24



Certidão nº 2871076/2021  
23/12/2021, 11:24

Chave de Impressão: 4337A

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/12/2021 e contém 2 folhas



## Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973  
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017  
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2818165/2021

Atividade concluída

Assinatura

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **MARCOS VENICIUS GERVASIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARCOS VENICIUS GERVASIO**Registro: **MG0000051118D MG** RNP: **1403092010**Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Número da ART: **14201900000005606091** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **22/10/2019** Baixada em: **02/07/2021**  
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**  
Empresa contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI-ME**

Contratante: **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA**Endereço do contratante: **Praça CLEVES DE FARIA**

Complemento:

Cidade: **Santa Bárbara**Contrato: **088/19**Valor do contrato: **R\$ 169.034,40**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **Área DIVERSOS LOGRADOUROS**

Complemento:

Cidade: **Santa Bárbara**Data de início: **17/10/2019**Conclusão efetiva: **03/09/2020**Finalidade: **OUTROS**Proprietário: **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA**CPF/CNPJ: **19.391.945/0001-00**Nº: **122**Bairro: **CENTRO**UF: **MG**CEP: **35960000**Celebrado em: **04/09/2019**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Nº:

Bairro:

UF: **MG**CEP: **35960000**CPF/CNPJ: **19.391.945/0001-00**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) > #1003-1059 - SONDAGEM 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 2000 metro;**

## Observações

EXECUÇÃO DE 2000 MT DE SONDAGEM TIPO SPT EM DIVERSOS LOGRADOUROS, CONFORME CONTRATO 088/2019, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL 065/2019, PROCESSO 205/2019.

## Informações Complementares

- CONSTA REGISTRADO NESTE CONSELHO ATRAVÉS DA ART Nº 14201900000005606091 O VALOR DO CONTRATO DE R\$169.034,40 E NO ATESTADO EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA EM 28/06/2021 CITA O VALOR FINAL DE R\$39.659,94.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2818165/2021

02/07/2021, 16:55

W0z85

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: W0z85

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: [crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)

CREA-MG

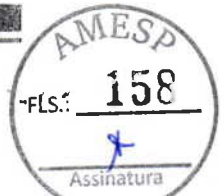
Impresso em: 02/07/2021 às 17:01





Prefeitura de  
**Santa  
Bárbara**

Secretaria Municipal  
de Infraestrutura  
e Urbanismo



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a pedido da interessada e para os devidos fins que a empresa **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, CREA MG 68706 sediada à Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada na cidade de João Monlevade/MG, executou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**, os serviços de sondagem a percussão tipo SPT (Standard Penetration Test) em diversas localidades no município de Santa Bárbara de acordo com o contrato.

### DADOS CONTRATUAIS:

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Santa Bárbara MG CNPJ nº 19.391.945/0001-00, Praça Cleves de Faria, 122, Centro.

**ART:** 14201900000005606091

**ART Complementar:** 14201900000005626206

### Responsáveis Técnicos:

Karine Júlia dos Santos – CREA/MG nº 288.918/D

Marcos Venícius Gervásio – CREA/MG nº 51.118/D

**Contrato:** Ata de Registro de Preço nº 088/2019 proveniente de licitação na modalidade pregão presencial nº 065/2019, processo nº 205/2019

**Período:** 17/10/2019 até 03/09/2020

**Valor do Contrato:** R\$ 169.034,40 (cento e sessenta e nove mil, trinta e quatro reais e quarenta centavos)

**Valor dos Serviços Efetivamente Executados Conforme no Contrato Original:** R\$ 39.659,94 (trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2818165/2021, emitida em 02/07/2021



Certidão nº 2818165/2021

02/07/2021, 17:01

Chave de Impressão: W0z85

O documento neste ato registrado foi emitido em 02/07/2021 e contém 2 folhas

☺ Rua Cristiane Geo Maia, 95 | Centro | Santa Bárbara | MG | 35960-000  
☎ (31) 3832-4389 ou (31) 3832-1734 🌐 santabarbara.mg.gov.br  
✉ obras@santabarbara.mg.gov.br / adm\_obras@santabarbara.mg.gov.br

Página 1 de 2

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-  
MG**

Impresso em: 02/07/2021, 17:01  
Agronomia de Minas Gerais







Prefeitura de  
**Santa  
Bárbara**

Secretaria Municipal  
de Infraestrutura  
e Urbanismo


### DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO

Local do Serviço Executado	Descrição do Serviço Executado	Quant. (m)
Rua 03, nº 359, bairro São Bernardo - Santa Bárbara/MG	2 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	20,00
Rua Maria André Avelina, nº 245, bairro Vista Alegre - Santa Bárbara/MG	2 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	21,00
Rua Gentil Macedo, nº 41, bairro São Vicente II - Santa Bárbara/MG	2 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	24,00
Travessa Jordano Mafra, nº 103, bairro São Bernardo - Santa Bárbara/MG	2 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	37,00
Rua Principal, nº 404, bairro Santana do Morro - Santa Bárbara/MG	2 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	18,00
Avenida Conselheiro Afonso Pena, bairro Mãe Catarina - Santa Bárbara/MG	3 (três) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	38,00
Mediações da Praça Leste de Minas, bairro Centro - Santa Bárbara/MG	13 (treze) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	156,00
Avenida do Ouro, Centro - Santa Bárbara/MG	3 (três) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	35,00
Praça Joaquim Aleixo, nº 75, bairro Centro - Santa Bárbara/MG	10 (dez) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	88,00
Rua Quatro A, Nº152, bairro União - Santa Bárbara/MG	1 (um) furo de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test)	11,00

Quantidade total: 40 (quarenta) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 448,00 metros.

Atestamos ainda que, os serviços foram executados com qualidade satisfatória, atendendo as exigências contratuais.

Santa Bárbara, 28 de junho de 2021.

  
Robson Ramundo do Nascimento  
Secretário Municipal de Infraestrutura e urbanismo.

9 Rua Cristiane Geo Maia, 95 | Centro | Santa Bárbara | MG | 35960-000  
☎ (31) 3832-4389 ou (31) 3832-1734 🌐 santabarbara.mg.gov.br  
✉ obras@santabarbara.mg.gov.br / adm\_obras@santabarbara.mg.gov.br

Página 2 de 2



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2818165/2021, emitida em 02/07/2021



Certidão nº 2818165/2021  
02/07/2021, 17:01

Chave de Impressão: W0z85  
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/07/2021 e contém 2 folhas

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**  
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG  
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-  
MG**

Impresso em: 02/07/2021, 17:01  
Agência de Minas Gerais







**Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG**

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200004813

Atividade concluída

Página 1/1

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO**.....  
Registro: 04.0.0000246191..... RNP: 1418858170.....  
Título Profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**.....

Número ART: 1420200000005967273.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....  
Registrada em: 6/4/2020..... Baixada em: 6/4/2020.....  
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....  
Empresa Contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME**.....

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CAETÉ**..... CPF/CNPJ: 65174518000197  
Logradouro: **RUA MATO DENTRO**..... Nº: 48.....

Complemento: ..... Bairro: **CENTRO**.....  
Cidade: **CAETÉ**..... UF: **MG**..... CEP: 34800-000

Contrato: 010/2020..... celebrado em ..... Vinculado à ART: .....  
Valor do contrato: R\$ 2130,00..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....

Ação institucional: .....  
Endereço da obra/serviço: **RUA BENJAMIM DE OLIVEIRA**..... Nº: .....  
Complemento: **FUNDOS**..... Bairro: **CENTRO**.....

Cidade: **CAETÉ**..... UF: **MG**..... CEP: 34800-000  
Data início: 2/4/2020.. Conclusão efetiva: 6/4/2020.. Coord. Geográficas: .....

Finalidade: **OUTRO-DETALHAR CAMPO 5 OBSERV**.... Código: .....  
Proprietário: **CÂMARA MUNICIPAL DE CAETÉ**..... CPF/CNPJ: 65174518000197

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)**  
**SONDAGEM**, Quantidade 2,00, Unidade un.....

**Observações**

**EXECUÇÃO DE 2 (DOIS) FUROS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO SPT (STANDARD PENETRATION TEST) ,NA RUA BENJAMIM DE OLIVEIRA, FUNDOS, CONTÍGUO AO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME CONTRATO Nº 010/2020.**.....

**Informações Complementares**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 480718 a 480718, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

**Certidão de Acervo Técnico nº 1420200004813/2020**

**01/09/2020, 15:46:58**

**1420200004813**

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constitui prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG ([www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br)) ou no site do Confea ([www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br)



**CREA-MG**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

**PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO MONLEVADE**

Conferir e achada conforme, nesta data, com o original existente no meio eletrônico e no empenho registrado.

João Monlevade/MG, 28/01/2022.

**SELO CONSULTA: FKE46797**

**CÓDIGO SEGURANÇA: 7964341147670300**

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: **MAIARA LIMA VIDAL - Escrevente**

**Emol.: R\$ 8,25 - T.F.J.: R\$ 2,45 - Valor final: R\$ 10,93 - ISS: R\$ 0,23**

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

**Nº DA ETIQUETA: ABP096484**

Handwritten signatures and blue circular stamp of SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAETÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



## CERTIDÃO

Certifico, a requerimento da interessada, que a empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli ME, sediada a época à Rua Joana D'arc, 508, sala 101, bairro Alvorada – João Monlevade/MG, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, executou para a Câmara Municipal de Caeté, CNPJ: 65.174.518/0001-97, com sede à Rua Mato Dentro, 48, bairro Centro – Caeté/MG, CEP: 34.800-000, 02 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) em obra localizada à Rua Benjamin de Oliveira, fundos, bairro Centro - Caeté/MG.

Período de execução dos serviços: 02/04/2020 à 06/04/2020

Responsável Técnico: Marina Costa Lima Torres Gervásio – CREA/MG nº 246.191/D

Local da obra: Rua Benjamin de Oliveira, fundos, bairro Centro – Caeté/MG.

ART nº: 14202000000005967273



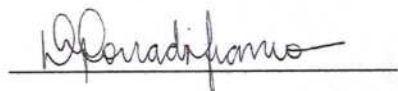
Serviços prestados:

- Execução de 02 (dois) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 21,00 metros lineares.

Finalidade: Certidão para fins de direito

Atestamos que tais prestações de serviços foram executadas satisfatoriamente, dentro das normas e especificações técnicas exigidas, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Caeté, 21 de julho de 2020.



Dágma Corradi Franco  
Diretora Administrativa  
Câmara Municipal de Caeté  
CNPJ: 65.174.518/0001-97

65 174 518 / 0001-97

CÂMARA MUNICIPAL DE CAETÉ

Rua Mato Dentro, nº 48

Centro - CEP 34.800

CAETÉ - MG

Rua Mato Dentro, 48 - Centro - Caeté/MG - CEP: 34.800-000 - (31) 3651-8086 / (31) 3651-8085  
[www.camaradecaete.mg.gov.br](http://www.camaradecaete.mg.gov.br) | [camara@camaradecaete.mg.gov.br](mailto:camara@camaradecaete.mg.gov.br)







**Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG**

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190003798

Atividade concluída

Página 1/1

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional MARCOS VENICIUS GERVASIO..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: MARCOS VENICIUS GERVASIO.....  
Registro: 04.0.0000051118..... RNP: 1403092010.....  
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL; ESPECIALIZACAO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO.....

Número ART: 14201900000005135906.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....  
Registrada em: 22/3/2019..... Baixada em: 27/3/2019.....  
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....  
Empresa Contratada: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI-ME.....

Contratante: JT PARTICIPAÇÕES LTDA..... CPF/CNPJ: 07829951000117  
Logradouro: AVENIDA VILLA LOBOS..... Nº: 305...  
Complemento: ..... Bairro: ESPLANADA DA ESTAÇÃO.....  
Cidade: ITABIRA..... UF: MG..... CEP: 35900-557  
Contrato: 035/2019..... celebrado em ..... Vinculado à ART: .....  
Valor do contrato: R\$ 7445,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....  
Ação institucional: .....  
Endereço da obra/serviço: RUA VILA TÉCNICA AREÃO..... Nº: 100...  
Complemento: ..... Bairro: MAJOR LAGE DE CIMA.....  
Cidade: ITABIRA..... UF: MG..... CEP: 35900-841  
Data Início: 18/3/2019. Conclusão efetiva: 27/3/2019. Coord. Geográficas: .....  
Finalidade: COMERCIAL..... Código: .....  
Proprietário: JT PARTICIPAÇÕES LTDA..... CPF/CNPJ: 07829951000117  
Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)  
SONDAGEM E FUNDACAO , Quantidade 129,00 , Unidade m.....

Observações  
EXECUÇÃO DE 11 Furos de sondagem tipo SPT, TOTAL DE 129,00 METROS.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 407541 a 407541, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190003798/2019

26/06/2019, 08:31:55

1420190003798

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Antônio - Belo Horizonte - CEP 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 263 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



**CREA-MG**

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO MONLEVADE

Conferida e achada conforme, nesta data, com o original existente no meio eletrônico e no endereço registrado.

João Monlevade/MG, 28/01/2022.

SELO CONSULTA: FKE45796

CÓDIGO SEGURANÇA: 1264490541717590

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: MAIARA LIMA VIDAL - Escrevente

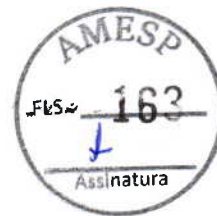
Emol.: R\$ 8,26 - Tfu: R\$ 2,46 - Valor final: R\$ 10,93 - ISS: R\$ 0,23

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABP096483



# J.T Participações LTDA



## CERTIDÃO

Certifico, a requerimento da interessada, que a empresa Sondart, Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, com sede à Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada – João Monlevade/MG, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, executou para a J.T. Participações LTDA, CNPJ: 07.829.951/0001-17 com sede à Av. Villa Lobos, nº 305, Bairro Esplanada da Estação – Itabira/MG, serviços de sondagem a percussão tipo SPT (Standart Penetration Test) em obra localizada à Rua Areão, nº 100, Bairro Areão – Itabira/MG.

Período de execução dos serviços: 18/03/2019 à 27/03/2019

Responsável Técnico: Marcos Venícios Gervásio – CREA/MG nº 51.118/D

Local da obra: Rua Areão, nº 100, Bairro Areão – Itabira/MG.

ART nº: 14201900000005135906

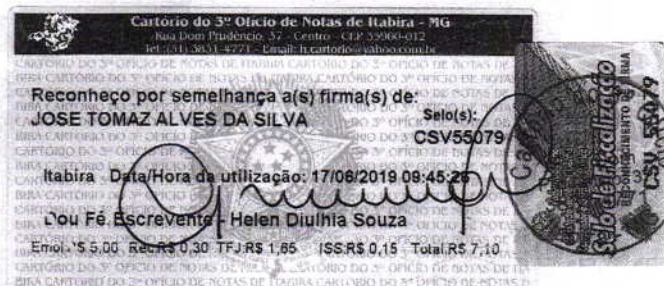
Serviços prestados:

- Execução de 11 (onze) furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test) = 129,00 metros.

**Finalidade: Certidão para fins de direito.**

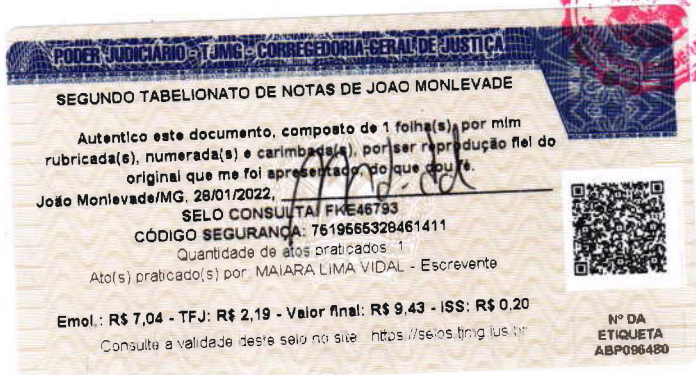
Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, dentro das normas e especificações técnicas exigidas, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

João Monlevade, 17 de Junho de 2019.



J.T. Participações LTDA  
CNPJ: 07.829.951/0001-17  
José Tomaz Alves da Silva  
Representante Legal

Av. Vila Lobos, 305, Bairro Esplanada da Estação – Itabira/MG – CEP: 35.900-557  
Telefone: (31) 3834-5882







**Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG**  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO  
**1420180004197**  
Atividade concluída

Página 1/1

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional MARCOS VENICIUS GERVASIO..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **MARCOS VENICIUS GERVASIO**.....  
Registro: 04.0.0000051118..... RNP: 1403092010.....  
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL; ESPECIALIZACAO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO**.....

Número ART: 14201700000004081330.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....  
Registrada em: 9/10/2017..... Baixada em: 20/10/2017.....  
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....  
Empresa Contratada: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI-ME**.....  
Contratante: **COLÉGIO CERP LTDA**..... CPF/CNPJ: 09009890000177  
Logradouro: **AVENIDA GETÚLIO VARGAS**..... Nº: 5313..  
Complemento: **SALA 301**..... Bairro: **CARNEIRINHOS**.....  
Cidade: **JOÃO MONLEVADE**..... UF: **MG**..... CEP: 35930-003  
Contrato: 01/2017..... celebrado em ..... Vinculado à ART: .....  
Valor do contrato: R\$ 8000,00..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**.....  
Ação institucional: .....  
Endereço da obra/serviço: **RUA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA**..... Nº: 99..  
Complemento: ..... Bairro: **REPUBLICA**.....  
Cidade: **JOÃO MONLEVADE**..... UF: **MG**..... CEP: 35930-108  
Data Início: 17/8/2017. Conclusão efetiva: 20/10/2017 Coord. Geográficas: .....  
Finalidade: **ESCOLAR**..... Código: .....  
Proprietário: **COLÉGIO CERP LTDA**..... CPF/CNPJ: 09009890000177  
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)**  
**SONDAGEM E FUNDACAO , Quantidade 410,00 , Unidade m.**.....

Observações  
**EXECUÇÃO DE 410 M DE ESTACA TIPO STRAUSS NOS DIÂMETROS DE 320 - 420 - 520 MM E EXECUÇÃO DE 3 Furos de sondagem com total de 58,35 m.**

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 338467 a 338467, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

**Certidão de Acervo Técnico nº 1420180004197/2018**

**07/06/2018, 10:02:19**

**1420180004197**

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nos contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG ([www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br)) ou no site do Confea ([www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-917  
Telefone: (31) 3299-6700 - Ouvidoria: 0800 333 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br)



**PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO MONLEVADE**

Conferida e achada conforme, nesta data, com o original existente no meio eletrônico e no endereço registrado.

João Monlevade/MG, 28/01/2022.

SELO CONSULTA: FKE46796

CÓDIGO SEGURANÇA: 2700269581093982

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: MAIARA LIMA VIDAL - Escrevente

Emol.: R\$ 8,26 - T.F.J.: R\$ 2,46 - Valor final: R\$ 10,93 - ISS: R\$ 0,23

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABP096482



## CERTIDÃO

Certifico, a requerimento da interessada, que a empresa Sondart, Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, com sede à Rua Joana D'arc, n° 508, sala 101, Bairro Alvorada – João Monlevade/MG, inscrita no CNPJ: 21.975.828/0001-35, executou para o Colégio Cerp Ltda, CNPJ: 09.009.890/0001-77 com sede à Av. Getúlio Vargas, n° 5313, Sala 301, Bairro Carneirinhos – João Monlevade/MG, serviços de sondagem a percussão tipo SPT (Standart Penetration Test) e execução de estacas tipo Straussem obra de Construção da Sede da Escola CERP, localizadas à Rua Padre José de Anchieta, n° 99, Bairro República – João Monlevade/MG.

Período de execução dos serviços: 20/08/2017 a 20/10/2017.

Responsável Técnico: Marcos Venícius Gervásio – CREA/MG n° 51.118/D

Local da obra: Rua Padre José de Anchieta, n° 99, Bairro República – João Monlevade/MG.

ART n°: 1420170000004081330.

### Serviços prestados:

- Execução de estacas tipo Strauss com diâmetros de 320 – 420 - 520 mm.  
Total executado de 410 metros.
- Execução de 03 furos de sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test).  
Total executado de 58,35 metros.

Finalidade: Certidão para fins de participação em Licitação.

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, dentro das normas e especificações técnicas exigidas.

João Monlevade, 15 de maio de 2018

Colégio Cerp Ltda  
CNPJ: 09.009.890/0001-77

**Segundo Tabelionato de Notas de João Monlevade**

Getúlio Vargas, 5313, Sala 301 - 4 - Carneirinhos - João Monlevade/MG - CEP: 35913-000  
E-mail: contato@cerp.org.br - Tel: (31) 3851-7747 - Fax: (31) 3851-7552 - Home: (31) 3851-6003

Reconheço por semelhança(s) a(s) firma(s) de:  
**RENATA DE ARAUJO PORTO E BRETAS**

João Monlevade Data/Hora de utilização: 28/05/2018 16:04:52

Em testemunho da verdade:  
Douglas Substituto - FELIPE ADOLFO MENDONÇA DE AMBRALDES

EMOL: R\$4,53 REC 0,27 TFF: R\$1,49 ISS: R\$0,14 Total: R\$6,43

**Selo de Fiscalização**  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
CNZ 61080

Av. Rodrigues Alves, 134 - República - João Monlevade - MG  
Tel.: (31) 3851-6003 | (31) 3851-7747 - CEP: 35930-092 - secretaria@cerp.org.br

**PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO MONLEVADE**

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

João Monlevade/MG, 28/01/2022.

SELO CONSULTA: FKE46792  
CÓDIGO SEGURANÇA: 2567916879842246  
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: MAIARA LIMA VIDAL - Escrevente

Emol.: R\$ 7,04 - TFF: R\$ 2,19 - Valor final: R\$ 9,43 - ISS: R\$ 0,20

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABP098479





## CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS



Por meio deste instrumento "CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS", de um lado a firma: Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME com sede à Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada – João Monlevade/MG, inscrita no CNPJ n.º 21.975.828/0001-35 representada nesta ocasião por sua sócia: Marina Costa Lima Gervásio, R.G. n.º MG 15.656.819, C.P.F. n.º 121.686.006-86, doravante denominado de simplesmente Contratante, do outro lado o Sr. Marcos Venícios Gervásio, brasileiro, R.G. n.º M – 2.845.111, CPF n.º 519.863.536-72, com título profissional Engenheiro Civil e Segurança do Trabalho, Cart. CREA/MG n.º 51.118/D, doravante denominado de simplesmente Contratado, tem entre si acertado o seguinte:

**Cláusula 1ª** – Caberá ao Contratado desenvolver atividades como Responsável Técnico conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetivos sócias da empresa, conforme discriminado na ART de Cargo ou Função;

**Cláusula 2ª** – A vigência do presente contrato será por tempo indeterminado;

**Cláusula 3ª** – O Contratado terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

**Cláusula 4ª** – O Contratante assegura ao Contratado absoluta e independência técnica;

**Cláusula 5ª** – Os honorários profissionais do contratado serão de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) mensal, conforme acordado entre as partes;

**Cláusula 6ª** – Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes por qualquer motivo mediante aviso prévio de 30 dias e baixa da(s) obra(s) e ou serviço(s) que estiverem sob a responsabilidade técnica do profissional, e a transferência para outro profissional, quando a obra ou serviço ultrapassar a 30 (trinta) dias;

**Cláusula 7ª** – Durante a vigência deste contrato e pelo prazo previsto em Lei ficará o contratado responsável pelas atividades técnicas da empresa Contratante, conforme discriminado na ART de Cargo ou Função, conforme cláusula 1ª;

**Cláusula 8ª** – Toda e quaisquer taxa, impostos e encargos que incidirem sobre este contrato será de responsabilidade da contratante, inclusive o recolhimento das taxas de ART das obras e serviços executados pela empresa sobre a responsabilidade técnica do profissional ora contratado;

**Cláusula 9ª** – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de João Monlevade-Minas Gerais;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam-no em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

marcos gervasio  
Contratante

João Monlevade, 31 de Janeiro de 2020.

[Assinatura]  
Contratado

Kaxine Filiz da Santos  
Testemunha

Nome: Kaxine Filiz da Santos



### INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

A empresa Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli – ME, inscrita no CNPJ/MF o nº 21.975.828/0001-35, por intermédio de seu representante legal, a Srta. Marina Costa Lima Torres Gervásio, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG-15.656.818 e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.686.006-86, DECLARA, como responsáveis técnicos para os trabalhos o Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho, Sr. Marcos Venícius Gervásio, portador da Carteira Profissional do CREA-MG 51.118/D e a Engenheira Civil, Srta. Marina Costa Lima Torres Gervásio portadora da Carteira Profissional do CREA-MG 246.191/D.

João Monlevade, 07 de fevereiro de 2022.

*mdgervasio*  
Sondart Sondagens, Fundações e Serviços Eireli - ME  
Marina Costa Lima Torres Gervásio  
Representante Legal

**21.975.828/0001-35**

Sondart Sondagens, Fundações  
e Serviços Eireli - ME

Rua Joana D'Arc, 508, SI 101

Alvorada - CEP 35.930-053

João Monlevade - MG





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31600193841

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2000471257

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

JOAO MONLEVADE  
Local

27 Julho 2020  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO \_\_\_\_\_  
Data

Responsável

☐ NÃO \_\_\_\_\_  
Data

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

### OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CE575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/435.605-9	MGP2000471257	22/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/8



**2ª Alteração do Ato Constitutivo**  
**Empresa Individual de Responsabilidade Limitada**  
**Sondart Sondagens, Fundações e Serviços EIRELI – ME**  
**CNPJ 21.975.828/0001-35**

**MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO**, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 03/01/1996, portadora do CPF n.º 121.686.006-86 e RG MG 15.656.819, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliada na rua Rafael José de Souza, n.º 173, bairro Nova Esperança, nesta cidade de João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.931-327, única titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**, com registro na JUCEMG sob n.º 31600193841 em 04/03/2015 e alteração n.º 5728067 em 04/04/2016, inscrita no CNPJ sob n.º 21.975.828/0001-35, resolve alterar suas cláusulas mediante as seguintes condições:

- I – Alteração das Atividades Econômicas;
- II – Alteração de Capital Social;
- III – Recomposição do Ato Constitutivo.

I – A empresa passará neste ato a exercer as atividades de serviço de engenharia e da construção civil; projetos, cálculos, fundações, perfurações e sondagens; prestação de serviços de sinalização vertical e horizontal de vias de tráfego; limpeza de prédios e em domicílios; locação de veículos e equipamentos em caráter permanente ou temporário; construção de edifícios, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas; construção de instalações esportivas e recreativas; obras de alvenaria e obras de fundações;

II - O capital passa neste ato para R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) sendo R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) em equipamentos de construção civil: 01 Bate Estaca Strauss no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e 01 Tripe de sondagem tipo SPT no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco reais) e 95.000,00 integralizados em moeda corrente nacional;

III – À vista da modificação ora ajustada, **CONSOLIDA-SE** a alteração Ato Constitutivo com a seguinte redação:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CE575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



## CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

**Cláusula Primeira** - A empresa gira sob o nome empresarial de **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**.

**Cláusula Segunda** - O objeto social é serviço de engenharia e da construção civil; projetos, cálculos, fundações, perfurações e sondagens; prestação de serviços de sinalização vertical e horizontal de vias de tráfego; limpeza de prédios e em domicílios; locação de veículos e equipamentos em caráter permanente ou temporário; construção de edifícios, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas; construção de instalações esportivas e recreativas; obras de alvenaria e obras de fundações;

**Cláusula Terceira** - A sede da empresa é na rua Joana D'arc, n.º 508, sala 101, bairro Alvorada, nesta cidade de João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.930-053;

**Cláusula Quarta** - A empresa iniciou suas atividades em 12/02/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Quinta** - O capital social é de R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL reais) sendo R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) em equipamentos de construção civil: 01 Bate Estaca Strauss no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e 01 Tripe de sondagem tipo SPT no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco reais) e 95.000,00,00 integralizado em moeda corrente nacional dividido em 150.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real)

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO	150.000 quotas	R\$ 150.000,00
TOTAL	150.000 quotas	R\$ 150.000,00

**Cláusula Sexta** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento da titular, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, a qual responde solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula Oitava** - A administração da empresa caberá a titular Marina Costa Lima Torres Gervásio, com o poder e atribuição de representação ativa e passiva na empresa, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**Cláusula Nona** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a titular prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





econômico, cabendo à titular, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

*Cláusula Décima* - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a titular deliberará sobre as contas e designará administradores quando for o caso.

*Cláusula Décima Primeira* - A signatária do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

*Cláusula Décima Segunda* - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

*Cláusula Décima Terceira* - A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

*Cláusula Décima Quarta* - A titular falecendo ou sendo interditada, a empresa continuará suas atividades com o(s) herdeiro(s), sucessore(s) e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse do(s) herdeiro(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

*Parágrafo único* - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação a sua titular.

*Cláusula Décima Quinta* - A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

*Cláusula Décima Sexta* - Fica eleito o foro de JOAO MONLEVADE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento de alteração e consolidação do Ato Constitutivo.

E assim estando ajustada a titular assina o presente instrumento.

JOÃO MONLEVADE, 22 de Julho de 2020.

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVÁSIO



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

## Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/435.605-9	MGP2000471257	22/07/2020

## Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/8



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, de NIRE 3160019384-1 e protocolado sob o número 20/435.605-9 em 23/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7936458, em 28/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Belo Horizonte, terça-feira, 28 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 28/07/2020, às 10:47 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/435.605-9.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 7/8





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte, terça-feira, 28 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7936458 em 28/07/2020 da Empresa SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME, Nire 31600193841 e protocolo 204356059 - 23/07/2020. Autenticação: F3E6B67EE4CEF575680AB88ECA690EBB09B3D61. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/435.605-9 e o código de segurança ccZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





**Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

**JOÃO MONLEVADE**



**CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA**

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 21.975.828/0001-35

**Observações:**

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 27 de Janeiro de 2022 às 09:16

JOÃO MONLEVADE, 27 de Janeiro de 2022 às 09:16

**Código de Autenticação:** 2201-2709-1618-0918-1328

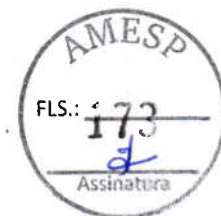
Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, por mim conferido e autenticado sob o nº 99719739 em 24/02/2021. Assinado digitalmente por Maria Aparecida dos Santos. Para validação da Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e a chave de segurança abaixo:

Número de Protocolo	Chave de Segurança
21/235.465-5	s3na

Identificação da Empresa	
Nome Empresarial:	SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME
Nire:	3160019384-1
CNPJ:	21.975.828/0001-35
Município:	JOAO MONLEVADE

Identificação do Livro Digital	
Espécie:	DIARIO
Número de Ordem:	6
Período de Escrituração:	Início 01/01/2020 Fim 31/12/2020

Assinante(s)		
CPF	Nome	CRC
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO	
026.029.056-40	ERCI DAS GRAÇAS MARTINS MORAES	076557



Documento assinado eletronicamente por Maria Aparecida dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 24/02/2021, às 13:52 conforme horário oficial de Brasília.

Belo Horizonte, quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/235.465-5.



CNPJ : 21.975.828/0001-35 NIRE: 31600193841 Data: 04/03/2015

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Diário: 6

Folha: 193

Descrição	Nota	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
ATIVO (7)				
ATIVO CIRCULANTE (14)				
DISPONIBILIDADES (21)				
CAIXA (28)				
Caixa (35)		1.1.1.01.0001	3.411,16C	39.327,95D
=CAIXA			*****3.411,16C	*****39.327,95D
BANCOS C/ MOVIMENTO (42)				
Banco Mercantil do Brasil (1820)		1.1.1.02.0002	1.706,45D	36.290,32D
Sicoob Credimepi (1841)		1.1.1.02.0003	0,00D	102.734,19D
Sicoob Engecred (1883)		1.1.1.02.0005	37,53D	0,14D
=BANCOS C/ MOVIMENTO			*****1.743,98D	*****139.024,65D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (56)				
Sicoob Credimepi - Subscrição Integralização (5411)		1.1.1.03.0004	120,00D	120,00D
Aplicação Sicoob Credimepi (6209)		1.1.1.03.0005	0,00D	1.000,00D
=APLICAÇÕES FINANCEIRAS			*****120,00D	*****1.120,00D
=DISPONIBILIDADES			*****1.547,18C	*****179.472,60D
CONTAS A RECEBER (70)				
CLIENTES (77)				
Outros Clientes (2891)		1.1.2.01.0016	270,00C	0,00D
Serviço Voluntário de Resgate - Sevor (4522)		1.1.2.01.0039	4.856,15D	2.256,15D
FM Engenharia Ltda (5145)		1.1.2.01.0057	0,00D	3.500,00D
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do rio Abaixo (5397)		1.1.2.01.0073	0,00D	55.113,66D
Rodo Posto Marfim Ltda (5425)		1.1.2.01.0075	4.033,09D	6.204,76D
Contecnica Fabricações Ltda (5509)		1.1.2.01.0081	0,00D	6.677,08D
PCH Jacaré S/A (5523)		1.1.2.01.0083	4.454,00D	2.774,00D
Prefeitura Municipal de Sem Peixe (5551)		1.1.2.01.0087	2.567,80D	2.477,80D
Construtora Linhares Ltda (5586)		1.1.2.01.0089	5.285,00D	5.285,00D
Município de Belo Vale (5600)		1.1.2.01.0091	3.663,35D	0,00D
Pedreira Um Valemix Ltda (5726)		1.1.2.01.0103	0,00D	3.536,42D
Engenharte Engenharia e Construções Ltda (5817)		1.1.2.01.0107	0,00C	2.300,00D
Doceria Famoso Eireli (5859)		1.1.2.01.0110	0,00D	2.100,00D
Déa Maria Nunes Passos (6090)		1.1.2.01.0121	0,00D	370,00D

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO  
Administrador  
CPF:121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES  
Contador  
CPF:026.029.056-40CRC:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



Descrição	Nota	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
-CLIENTES			*****24.589,39D	*****92.594,87D
-CONTAS A RECEBER			*****24.589,39D	*****92.594,87D
ESTOQUES (98)				
INSUMOS (105)				
Materia Prima (112)		1.1.3.01.0001	609.060,17D	2.038.624,99D
Materiais Uso e Consumo (217)		1.1.3.01.0002	20.000,00D	26.253,33D
=INSUMOS			****629.060,17D	**2.064.878,32D
=ESTOQUES			****629.060,17D	**2.064.878,32D
ADIANTAMENTOS (119)				
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS (126)				
Adiantamento a Funcionarios (133)		1.1.4.01.0001	840,00C	0,00D
Adiantamento de Férias (2023)		1.1.4.01.0002	0,00D	1.628,21D
=ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS			*****840,00C	*****1.628,21D
ADIANTAMENTOS DE FORNECEDORES (140)				
Adiantamento a Fornecedores (147)		1.1.4.02.0001	200,00D	0,00D
Huai Engenharia Comercio e Industria Ltda (6259)		1.1.4.02.0002	0,00D	3.601,53D
Djafer Comercio e Industria Aço e Telhas Ltda (6266)		1.1.4.02.0004	0,00D	6.976,22D
=ADIANTAMENTOS DE FORNECEDORES			*****200,00D	*****10.577,75D
=ADIANTAMENTOS			*****640,00C	*****12.205,96D
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR (154)				
IMPOSTOS FEDERAIS A RECUPERAR/COMPENSAR (161)				
INSS a Compensar (168)		1.1.6.01.0001	5.872,79D	31.065,01D
ISS a Recuperar (1848)		1.1.6.01.0003	65,47D	0,00D
=IMPOSTOS FEDERAIS A RECUPERAR/COMPENSAR			*****5.938,26D	*****31.065,01D
=IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR			*****5.938,26D	*****31.065,01D
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (182)				
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (189)				
Empréstimos de Socios - Marcos Venicius Gervasio (231)		1.1.8.01.0002	0,00D	623,33D
Empréstimo Pessoa Juridica (5005)		1.1.8.01.0003	6.861,92D	6.861,92D
=EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS			*****6.861,92D	*****7.485,25D
=EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS			*****6.861,92D	*****7.485,25D
=T o t a l - ATIVO CIRCULANTE			****664.262,56D	**2.387.702,01D

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO  
Administrador  
CPF:121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES  
Contador  
CPF:026.029.056-40CRC:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI(00133)

FENIX CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA

CNPJ : 21.975.828/0001-35 NIRE: 31600193841 Data: 04/03/2015

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Diário: 6

Folha: 195

Descrição	Nota	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
ATIVO NÃO CIRCULANTE (238)				
ATIVO PERMANENTE (308)				
IMOBILIZADO (315)				
Maquinas Equipamentos (357)		1.2.3.01.0006	64.000,00D	64.000,00D
(-) Depreciação Acumulada Maqu Equipamentos (364)		1.2.3.01.0007	1.627,50C	8.027,46C
Veiculos (385)		1.2.3.01.0010	50.000,00D	123.500,00D
(-) Depreciação Acumulada de Veiculos (392)		1.2.3.01.0011	23.722,15C	41.071,78C
Imobilizado em Andamento (4067)		1.2.3.01.0015	0,00D	50.000,00D
Consortio para Aquisição de Bens (5019)		1.2.3.01.0016	19.156,56D	27.678,91D
=IMOBILIZADO			****107.806,91D	****216.079,67D
=ATIVO PERMANENTE			****107.806,91D	****216.079,67D
=T o t a l - ATIVO NÃO CIRCULANTE			****107.806,91D	****216.079,67D
=T o t a l - ATIVO			****772.069,47D	**2.603.781,68D

\*\*\*\*\* ( XXXXX ) \*\*\*\*\*

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO  
Administrador  
CPF:121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES  
Contador  
CPF:026.029.056-40CRC:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI (00133)  
 CNPJ : 21.975.828/0001-35 NIRE: 31600193841 Data: 04/03/2015  
 Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

FENIX CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA

Diário: 6

Folha: 196



Descrição	Nota	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
-----------	------	---------------	--------------------	-----------------

PASSIVO (420)

PASSIVO CIRCULANTE (427)

EXIGIVEL A CURTO PRAZO (434)

OBRIGAÇÕES C/ FORNECEDORES (441)

Ulete Mota & Cia Ltda (1484)	2.1.1.01.0007	1.529,23C	0,00C
GMC Comércio e Transportes Ltda (1491)	2.1.1.01.0008	0,00C	7.860,00C
Edfer Comércio de Ferro e Aço Ltda (1540)	2.1.1.01.0013	0,00C	14.722,16C
Pedreira Um Valemix Ltda (1561)	2.1.1.01.0016	6.297,50C	1.640,00C
Othon de Carvalho & Cia Ltda (1792)	2.1.1.01.0041	0,00C	3.794,94C
Tecidos e Armazinhos Miguel Bartolomeu SA (1799)	2.1.1.01.0042	0,00C	1.744,24C
Hidroelétrica Monlevade Ltda (1925)	2.1.1.01.0050	487,50C	0,00C
Madeira Dular Ltda (2149)	2.1.1.01.0059	546,00C	898,50C
Aelton Martins Lopes (2310)	2.1.1.01.0074	24.000,00C	0,00C
Fenix Contabilidade & Consultoria Ltda (2338)	2.1.1.01.0078	475,00C	475,00C
BH Comércio de Tintas e Materiais (2541)	2.1.1.01.0106	208,60C	0,00C
Art Cópias Copiadora Boroni Ltda (2632)	2.1.1.01.0117	0,00C	617,90C
Agua Premoldados Ltda (2912)	2.1.1.01.0137	495,00C	1.196,00C
Nelito Marmores e Granitos Ltda (3031)	2.1.1.01.0150	0,00C	5.975,40C
Edson Antônio de Souza (4452)	2.1.1.01.0212	327,00C	0,00C
Empresa de Cimentos Liz SA (4501)	2.1.1.01.0214	0,00C	2.318,75C
2 S Comércio Eireli (4536)	2.1.1.01.0217	708,47C	1.209,65C
Depósito Katuny Ltda (4690)	2.1.1.01.0224	308,53C	0,00C
Filipe Materiais de Construção Ltda (4711)	2.1.1.01.0227	276,00C	47.912,00C
Freios Via Ltda (4753)	2.1.1.01.0232	0,00C	608,14C
Sociedade Comercial Sion Ltda (4760)	2.1.1.01.0233	0,00C	1.498,00C
COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES (5166)	2.1.1.01.0259	0,00C	477,13C
Artemoldados (5229)	2.1.1.01.0263	8.831,20C	0,00C
Tintas & Coisas Ltda (5341)	2.1.1.01.0270	1.635,41C	0,00C
Fraga e Mendes Materiais de Construção Ltda (5418)	2.1.1.01.0271	4.057,42C	0,00C
Eucatex Indústria e Comércio Ltda (5572)	2.1.1.01.0277	0,00C	12.435,89C
Concreviga C Pre Fabr Ltda (5579)	2.1.1.01.0278	11.827,61C	4.956,82C
Cerâmica Isabella Ltda (5761)	2.1.1.01.0283	0,00C	3.130,00C

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO  
 Administrador  
 CPF:121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES  
 Contador  
 CPF:026.029.056-40CRC:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
 Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
WMEInd e Com de Perfilaridos Ltda (4837)		2.1.1.01.0293	1.574,00C	0,00C
Recreauto Peças e Serviços Ltda (4893)		2.1.1.01.0296	724,40C	2.261,28C
Distribuidora de Aços Monlevade IC Ltda (4921)		2.1.1.01.0300	706,80C	6.854,40C
Renato Luiz Caldeira (4935)		2.1.1.01.0302	180,00C	180,00C
Cerâmica Forte Ltda (5362)		2.1.1.01.0314	3.166,00C	0,00C
Gustavo Carvalho Breguez (6041)		2.1.1.01.0333	0,00C	890,40C
Coinma Com Ind de Mat Met São Cristovão Ltda (6118)		2.1.1.01.0341	0,00C	25.000,00C
Artamol Ltda (6146)		2.1.1.01.0345	0,00C	4.257,00C
COMERCIAL DE VEÍCULOS GUIMARÃES (6216)		2.1.1.01.0353	0,00C	74.575,45C
Alvim Comércio e Madeiras Eireli (6230)		2.1.1.01.0355	0,00C	4.679,10C
=OBRIGAÇÕES C/ FORNECEDORES			*****60.361,67C	****232.168,15C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (462)				
DAS - Simples Nacional a Recolher (4655)		2.1.1.02.0010	24.768,68C	31.352,53C
Parcelamento Simples Nacional (5075)		2.1.1.02.0011	13.704,54C	28.539,01C
=OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS			*****38.473,22C	*****59.891,54C
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR (469)				
Empréstimo Sicoob Engecred (2737)		2.1.1.12.0005	7.362,34C	7.362,34C
Empréstimos de Terceiros (5068)		2.1.1.12.020	18.000,00C	0,00
=EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR			*****25.362,34C	*****7.362,34C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (532)				
Salários a Pagar (539)		2.1.1.14.0001	12.210,00C	43.829,43C
FGTS a Recolher (553)		2.1.1.14.0003	1.573,73C	6.488,95C
Pro Labore a Pagar (1876)		2.1.1.14.0005	888,22C	930,05C
Férias a Pagar (2016)		2.1.1.14.0007	3.479,91C	516,77C
Pensão Judicial a Pagar (2030)		2.1.1.14.0008	0,00C	498,45C
IRRF s/ Salários a Recolher (3822)		2.1.1.14.0012	109,23C	0,00C
Outros Impostos e Contribuições a Recolher (5061)		2.1.1.14.0016	167,49C	0,00C
=OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			*****18.428,58C	*****52.263,65C
=EXIGIVEL A CURTO PRAZO			****150.625,81C	****351.685,68C
=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE			****150.625,81C	****351.685,68C
PATRIMONIO LIQUIDO (616)				
CAPITAL SOCIAL (623)				

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO  
Administrador  
CPF:121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES  
Contador  
CPF:026.029.056-40CRC:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI(00133)  
CNPJ : 21.975.828/0001-35 NIRE: 31600193841 Data: 04/03/2015

FENIX CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Diário: 6

Folha: 198



Descrição	Nota	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
CAPITAL SUBSCRITO (630)				
Capital Subscrito Socio (637)		2.3.1.01.0001	80.000,00C	150.000,00C
(-) Capital a Integralizar (644)		2.3.1.01.0002	0,00D	70.000,00D
=CAPITAL SUBSCRITO			*****80.000,00C	*****80.000,00C
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS (714)				
Lucros do Exercício (721)		2.3.1.06.0001	681.023,31C	2.311.035,65C
(-) Prejuizos do Exercício (728)		2.3.1.06.0002	31.562,74D	31.562,74D
=(-) PREJUIZOS ACUMULADOS			***649.460,57C	**2.279.472,91C
=CAPITAL SOCIAL			***729.460,57C	**2.359.472,91C
AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR (4186)				
AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR (4193)				
Ajuste de Exercício Anterior (4200)		2.3.2.01.0001	108.016,91D	107.376,91D
=AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR			***108.016,91D	***107.376,91D
=AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR			***108.016,91D	***107.376,91D
=T o t a l - PATRIMONIO LIQUIDO			***621.443,66C	**2.252.096,00C
=T o t a l - PASSIVO			***772.069,47C	**2.603.781,68C

\*\*\*\*\* ( XXXXX ) \*\*\*\*\*

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO  
Administrador  
CPF:121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES  
Contador  
CPF:026.029.056-40CRC:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 2.603.781,68 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA E UM Reais E SESENTA E OITO CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

João Monlevade, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Administrador

CPF: 121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES

CONTADOR

CPF: 026.029.056-40 CRC: 76557



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



Descrição	Classificação	Conta	Exercicio Atual
RECEITAS			
RECEITA BRUTA S/ VENDAS E SERVIÇOS			
RECEITA BRUTA S/ VENDAS E SERVIÇOS			
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Prestação de Serviços	4.1.1.02.0001	1225	2.973.598,90C
Serviços Diversos	4.1.1.02.0002	4025	29.138,99C
Descontos Concedidos	4.1.1.02.0003	4998	80,14D
<b>=RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>			<b>***3.002.657,75C</b>
<b>=RECEITA BRUTA S/ VENDAS E SERVIÇOS</b>			<b>***3.002.657,75C</b>
<b>=Total - RECEITA BRUTA S/ VENDAS E SERVIÇOS</b>			<b>***3.002.657,75C</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA VENDAS/SERVIÇOS			
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	4.2.2.01.0001	1302	140.894,34D
<b>=DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>			<b>****140.894,34D</b>
<b>=DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>			<b>****140.894,34D</b>
<b>=Total - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA VENDAS/SERVIÇOS</b>			<b>****140.894,34D</b>
RECEITA OPERACIONAL			
RECEITA FINANCEIRA			
RECEITA FINANCEIRA			
Rendimento de Aplicações Financeiras	4.3.1.01.0002	1337	5,03C
Descontos Obtidos	4.3.1.01.0003	1344	2.631,63C
Juros Recebidos s/ Duplicatas	4.3.1.01.0008	4011	1.080,65C
<b>=RECEITA FINANCEIRA</b>			<b>*****3.717,31C</b>
RECUPERAÇÕES DIVERSAS			
Rebolsos Diversos	4.3.1.02.0001	1386	1.680,51C
<b>=RECUPERAÇÕES DIVERSAS</b>			<b>*****1.680,51C</b>
<b>=RECEITA FINANCEIRA</b>			<b>*****5.397,82C</b>
<b>=Total - RECEITA OPERACIONAL</b>			<b>*****5.397,82C</b>
<b>=Total - RECEITAS</b>			<b>**2.867.161,23C</b>



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
DESPESAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Material de Escritório	3.2.1.01.0001	777	5.992,81D
Água e Esgoto	3.2.1.01.0002	784	4.174,06D
Depreciação/Amortização	3.2.1.01.0008	826	23.749,59D
Despesas com Manutenção	3.2.1.01.0009	833	424,32D
Impostos e Taxas	3.2.1.01.0013	861	156,06D
Indenizações/Aviso Prévio	3.2.1.01.0015	875	4.300,00D
Luz e Energia	3.2.1.01.0018	896	2.975,06D
Multas Fiscais	3.2.1.01.0021	917	102,01D
Seguros	3.2.1.01.0025	945	17.529,83D
Serviços Terceiros PF	3.2.1.01.0026	952	3.000,00D
Serviços Terceiros PJ	3.2.1.01.0027	959	108.296,23D
Internet	3.2.1.01.0031	1715	873,81D
<b>=DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>			<b>****171.573,78D</b>
<b>=DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>			<b>****171.573,78D</b>
DESPESAS COM PESSOAL			
DESPESAS COM PESSOAL			
Salários e Ordenados	3.2.2.01.0001	1512	436.026,80D
Assistência Médica	3.2.2.01.0003	805	1.040,00D
Férias	3.2.2.01.0004	840	18.605,83D
FGTS	3.2.2.01.0005	847	38.528,02D
INSS	3.2.2.01.0006	882	95.759,27D
Pro-Labore	3.2.2.01.0007	924	12.534,00D
13º Salário	3.2.2.01.0008	938	55.183,79D
Vale Transporte	3.2.2.01.0009	973	10.326,74D
Equipamento de Proteção Individual	3.2.2.01.0010	1624	9.396,82D
Seguro de Vida Funcionários	3.2.2.01.0012	1806	246,40D
Uniforme	3.2.2.01.0014	2184	1.969,60D
FGTS - Multa Rescisória	3.2.2.01.0016	2604	1.526,82D
<b>=DESPESAS COM PESSOAL</b>			<b>****681.144,09D</b>
<b>=DESPESAS COM PESSOAL</b>			<b>****681.144,09D</b>
DESPESAS COMERCIAIS			
DESPESAS COMERCIAIS			
Impostos s/ Veículos	3.2.3.01.0005	1029	4.590,39D
Manutenção de Veículos	3.2.3.01.0006	1036	11.742,09D
<b>=DESPESAS COMERCIAIS</b>			<b>****16.332,48D</b>
<b>=DESPESAS COMERCIAIS</b>			<b>****16.332,48D</b>



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



Descrição	Classificação	Conta	Exercicio Atual
DESPESAS FINANCEIRAS			
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos e Juros de Mora	3.2.4.01.0001	1057	907,33D
Despesas Bancarias	3.2.4.01.0002	1064	7.582,89D
Outras Taxas e Encargos	3.2.4.01.0003	1071	160,06D
Juros s/ Duplicatas	3.2.4.01.0004	1372	8.146,47D
Perdas por Roubos	3.2.4.01.0006	6328	22.894,88D
<b>=DESPESAS FINANCEIRAS</b>			<b>*****39.691,63D</b>
<b>=DESPESAS FINANCEIRAS</b>			<b>*****39.691,63D</b>
DESPESAS GERAIS			
DESPESAS GERAIS			
Contribuições/Doações/Mensalidades	3.2.6.01.0003	1134	8.484,67D
Cursos e Treinamentos	3.2.6.01.0004	1141	5.651,00D
Despesas com Informatica	3.2.6.01.0005	1148	546,06D
Despesas Diversas	3.2.6.01.0011	2730	5.969,35D
<b>=DESPESAS GERAIS</b>			<b>*****20.651,08D</b>
<b>=DESPESAS GERAIS</b>			<b>*****20.651,08D</b>
DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
Juros s/ Tributos	3.2.7.01.0001	1778	871,38D
Multa s/ Tributos	3.2.7.01.0002	1785	1.214,78D
Multas Ativas	3.2.7.01.0004	1358	2.569,60D
DAS - Simples Nacional	3.2.7.01.0006	4662	233.100,07D
<b>=DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>			<b>****237.755,83D</b>
<b>=DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>			<b>****237.755,83D</b>
<b>=Total - DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>**1.167.148,89D</b>
<b>=Total - DESPESAS</b>			<b>**1.167.148,89D</b>

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 2.867.161,23C  
DESPESAS+ RESULTADO-----> 1.167.148,89D  
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: \*\*\*1.700.012,34

\*\*\*\*\* (XXXXX) \*\*\*\*\*



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO COM LUCRO DE 1.700.012,34 (UM MILHÃO E SETECENTOS MIL E DOZE Reais E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

JOÃO MONLEVADE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO

Administrador

CPF: 121.686.006.86

ERCI DAS GRACAS MARTINS MORAES

CONTADOR

CPF: 026.029.056-40 CRC: 76557



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

SONDART SONDAGENS FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 21.975.828/0001-35 – NIRE: 31600193841  
INDICES DO BALANÇO ANO 2020



204

**LIQUIDEZ SECA**

ATIVO CIRCULANTE	2.387.702,01	6,79
PASSIVO CIRCULANTE	351.685,68	

**LIQUIDEZ GERAL**

ATIVO CIRCULANTE + ANC	2.387.702,01	216.079,67	2.603.781,68	7,40
PASSIVO CIRCULANTE + PNC	351.685,68	0,00	351.685,68	

**INDICE ENDIVIDAMENTO**

PASSIVO CIRCULANTE + PNC	351.685,68	351.685,68	0,16
PATRIMONIO LIQUIDO	2.252.096,00	2.252.096,00	

**INDICE SOLVENCIA GERAL**

ATIVO TOTAL	2.603.781,68	2.603.781,68	7,40
PASSIVO CIRCULANTE + PNC	351.685,68	351.685,68	

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração.

João Monlevade, 31 de dezembro de 2020

FENIX CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA ME

CRC/MG 09811



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Este Livro foi protocolado sob o nº 21/235.465-5 no dia 23/02/2021. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.



## Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI - ME		
Natureza Jurídica:	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3160019384-1	21.975.828/0001-35	04/03/2015	12/02/2014

Endereço Completo:

RUA JOANA D'ARC 508 SALA 101 - BAIRRO ALVORADA CEP 35930-053 - JOAO MONLEVADE/MG

Objeto Social:

SERVICO DE ENGENHARIA E DA CONSTRUCAO CIVIL, PROJETOS, CALCULOS, FUNDACOES, PERFURACOES E SONDAGENS, PRESTACAO DE SERVICOS DE SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL DE VIAS DE TRAFEGO, LIMPEZA DE PREDIOS E EM DOMICILIOS, LOCAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS EM CARATER PERMANENTE OU TEMPORARIO, CONSTRUCAO DE EDIFICIOS, OBRAS DE URBANIZACAO EM RUAS, PRACAS E CALCADAS, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAE, OBRAS DE ALVENARIA E OBRAS DE FUNDACOES

Capital Social: R\$ 150.000,00 CENTO E CINQUENTA MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte MICRO EMPRESA (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO
Capital Integralizado: R\$ 150.000,00 CENTO E CINQUENTA MIL REAIS		

Titular/Administrador		
CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato Função
121.686.006-86	MARINA COSTA LIMA TORRES GERVASIO	xxxxxxx TITULAR / ADMINISTRADOR
Status: xxxxxxx	Situação: ATIVA	

Último Arquivamento: 28/07/2020 Número: 7936458

Ato	002 - ALTERACAO
Evento(s)	2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
	2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
	2015 - ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Empresa(s) Antecessora(s)				
Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
SONDART SONDAGENS E FUNDACOES EIRELI - ME	xxxxxxx	5728067	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
NADA MAIS#				

Belo Horizonte, 27 de Janeiro de 2022 11:00

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C220000244725 e visualize a certidão)





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.975.828/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/03/2015
NOME EMPRESARIAL SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SONDART		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.91-6-00 - Obras de fundações 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO R JOANA D'ARC	NÚMERO 508	COMPLEMENTO SALA 101
CEP 35.930-053	BAIRRO/DISTRITO ALVORADA	MUNICÍPIO JOAO MONLEVADE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO SONDART.SONDAGEM@YAHOO.COM.BR		TELEFONE (31) 3850-4077
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2015
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/09/2021 às 09:45:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







Secretaria de Estado de  
Fazenda  
de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002518502.00-83 CPF/CNPJ: 21.975.828/0001-35  
NOME/NOME EMPRESARIAL: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI  
NOME FANTASIA: SONDART  
CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4120-4/00 - Construção de edifícios  
DESMEMBRAMENTO:  
CNAE SECUNDÁRIA / 4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos  
DESMEMBRAMENTO:  
NATUREZA JURIDICA : EIRELI (Natureza Empresária)  
REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL CATEGORIA: Único  
DATA INSCRIÇÃO: 04/03/2015 MEI: não  
SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo DATA DA SITUAÇÃO DA 04/03/2015

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 35930053 UF: MINAS GERAIS  
MUNICIPIO: JOAO MONLEVADE  
DISTRITO / POVOADO:  
BAIRRO: ALVORADA  
LOGRADOURO: RUA JOANA D'ARC  
NUMERO: 508  
COMPLEMENTO DO CEP:  
COMPLEMENTO: SALA 101

EMITIDO EM

29/12/2021 14:57:16





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO  
MONLEVADE

Estado de Minas Gerais  
DEPARTAMENTO TRIBUTARIO



ALVARA DE LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO

Numero Controle  
1159

Exercicio  
2021

CONCEDIDO A:

Insc. Municipal: 0000258082

Cod. Geral 0260264

Razao Social: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME

Nome Fantasia: SONDART

CPF/CNPJ.: 21.975.828/0001-35

ENDEREÇO:

Rua Joana D'Arc, 508 - SALA 101, BAIRRO: Alvorada - João Monlevade - MG - CEP:  
35930053

ATIVIDADES:

- PERFURAÇÕES E SONDAGENS
- OBRAS DE FUNDAÇÕES
- PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS
- LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS

OBSERVACAO

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

O PRESENTE ALVARA TEM A VALIDADE PARA O EXERCICIO E  
DEVERA SER RENOVOADO ATE 31/03/2022

João Monlevade - MG, 21 de junho de 2021

*Cintia Helena Angelo*  
Cintia Helena Angelo  
Matricula 4090  
Adm. de Tributos Mobiliários  
Município de João Monlevade

O PRESENTE ALVARA DEVERA SER AFIXADO EM LUGAR VISIVEL AO PUBLICO

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE JOÃO MONLEVADE

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado do que dou fe.

João Monlevade/MG, 28/01/2022.

SELO CONSULTA: FKE46791

CÓDIGO SEGURANÇA: 3146682021166626

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: MAIARA LIMA VIDAL - Escrevente

Emol.: R\$ 7,04 - TFCJ: R\$ 2,19 - Valor final: R\$ 9,43 - ISS: R\$ 0,20

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABP096478







PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JOAO MONLEVADE  
MINAS GERAIS

Certidao Negativa de Debitos Municipais

Nº 0003321 / 2021



DADOS

NOME/RAZAO SOCIAL: **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME**  
CNPJ nº: **21.975.828/0001-35** INSC. ESTADUAL:  
INSC. MUNICIPAL: **0000258082**

ENDEREÇO

Rua Joana D'Arc, Nº 508 - SALA 101 - Alvorada - CEP: 35930053 - João Monlevade - MG

Ressalvando o direito da Secretaria Municipal de Fazenda cobrar quaisquer dividas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, e certificado NÃO CONSTAR, até esta data débitos em seu nome relativas a tributos municipais. Esta certidão refere-se exclusivamente a situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria Municipal de Fazenda.

FINALIDADE DA CERTIDAO:

OBSERVACAO:

Joao Monlevade (MG), 28 de Dezembro de 2021

*Juliana Aparecida dos Santos*  
Juliana Aparecida dos Santos  
Matrícula 6437  
Adm. de Tributos Mobiliários  
Município de João Monlevade

Qualquer assinatura invalida a certidao.

CERTIDAO VALIDA POR 90 DIAS

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO MONLEVADE

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do qual dou fé.

João Monlevade/MG, 28/01/2022.

SELO CONSULTA: FKE46790

CÓDIGO SEGURANÇA: 6994762427843956

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: MAIARA LIMA VIDAL - Escrevente

Emol.: R\$ 7,04 - T.F.J.: R\$ 2,19 - Valor final: R\$ 9,43 - ISS: R\$ 0,20

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABP096477



*[Handwritten signatures]*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI**  
CNPJ: **21.975.828/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

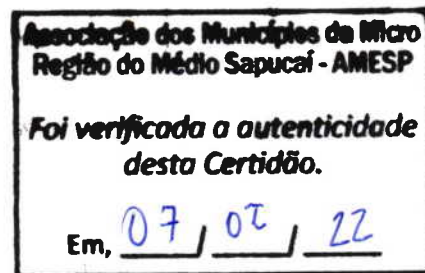
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:33:06 do dia 27/10/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 25/04/2022.

Código de controle da certidão: **F766.8E2F.E62C.407B**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS



## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
27/12/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
27/03/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002518502.00-83

CNPJ/CPF: 21.975.828/0001-35

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA JOANA D'ARC

NÚMERO: 508

COMPLEMENTO: SALA 101,

BAIRRO: ALVORADA

CEP: 35930053

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: JOAO MONLEVADE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2021000514009003

Associação dos Municípios da Micro  
Região do Médio Sapucaí - AMESP

Foi verificada a autenticidade  
desta Certidão.

Em, 07/02/22





Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 21.975.828/0001-35**Razão Social:** SONDART SONDAGENS E FUNDACOES EIRELI ME**Endereço:** R JOANA D'ARC 508 SALA 101 / ALVORADA / JOAO MONLEVADE / MG / 35930-053

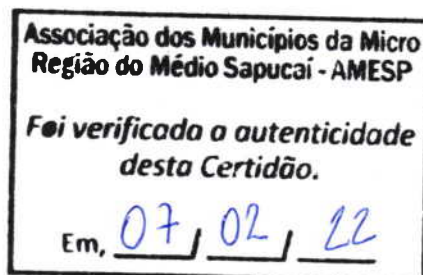
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/01/2022 a 16/02/2022**Certificação Número:** 2022011815504346200900

Informação obtida em 18/01/2022 15:50:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1

FLS.: 188

Assinatura

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.975.828/0001-35

Certidão nº: 2329008/2022

Expedição: 21/01/2022, às 03:48:31

Validade: 19/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SONDART SONDAGENS, FUNDACOES E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 21.975.828/0001-35, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação.

Associação dos Municípios da Micro  
Região do Médio Sapucaí - AMESP

Foi verificada a autenticidade  
desta Certidão.

Em 07/02/22

Dúvidas e sugestões: [cnrt@tst.jus.br](mailto:cnrt@tst.jus.br)



**ATA DO PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE  
PROPOSTAS, LANCES VERBAIS.**

Ata nº 02/2022

Data: 07 de Fevereiro de 2022.

Horário: 09h00mins.

Licitação: **Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 02/2022.**Critério de julgamento: Menor Preço Global.Local da Abertura: Sala de Licitações da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência.**Prazo de execução: 12 meses.Órgão solicitante: AMESP.Validade da proposta: 60 diasPregoeiro e Equipe de Apoio:

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor Rosa – Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	CNPJ Nº
SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME	21.975.828/0001-35

ASSESSOR JURÍDICO
José Otávio Ferreira Amaral – OAB 74.071B

DIRETOR EXECUTIVO DA AMESP
Moacir Franco

O pregão nº 02/2022 foi publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 26/01/2022, no Jornal Diário de Pouso Alegre/MG, na data de 26/01/2022, no site [amesp@mg.gov.br](mailto:amesp@mg.gov.br) bem como o aviso de edital foi fixado no quadro de avisos da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. No dia e hora supramencionados, realizou-se a sessão pública para o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas comerciais das empresas, na presença do pregoeiro e de sua equipe de apoio. Foi aberta a sessão pública, iniciando o período de recebimento dos elementos necessários à habilitação preliminar (envelopes de proposta comercial e documentação) e de identificação/credenciamento dos representantes legais, para procederem às atividades pertinentes ao presente pregão, conforme previsto no edital, tendo sido recebidos os envelopes da empresa acima elencadas. O pregoeiro e sua equipe de apoio efetuaram a verificação do atendimento das condições estabelecidas para a habilitação preliminar por parte das empresas participantes. As empresas licitantes foram consideradas aptas a prosseguirem no certame nada tendo a registrar. O pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram, imediatamente, a abertura dos envelopes de propostas



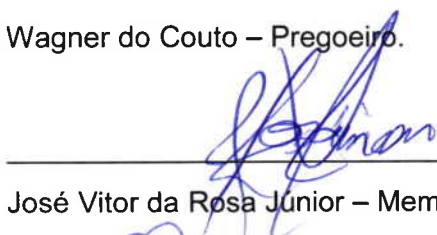
comerciais. O pregoeiro e equipe de apoio informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, e ressaltou que a ausência quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicaria na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes foram analisadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, tendo como base de avaliação as determinações do caderno convocatório. Chegou-se à fase de lances, ocasião em que as empresas classificadas tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados. Foi prosseguida a sessão, onde se verificou os valores apresentados e seus lances. Levando em consideração o critério de julgamento à empresa **SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME**, vencedora do **único item** pelo menor preço global de **R\$ 1.588.680,50 (UM MILHÃO QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**. Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa **SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ Nº 21.975.828/0001-35**, onde se constatou que a mesma cumpriu com todos os documentos solicitados no edital, sendo, portanto, declarada provisoriamente HABILITADA. Nada mais havendo a tratar e para constar, eu, José Vitor da Rosa Júnior, membro da equipe de apoio, lavro a presente ata conforme termos e elementos a mim apresentados no ato desta reunião, que, tendo sido lida e achada de conforme, segue assinada pelos presentes.

Pouso Alegre/MG, aos 07 de Fevereiro de 2022.

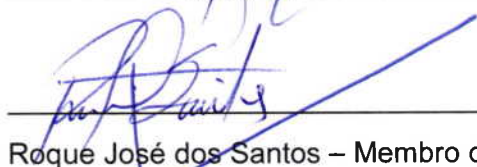
**PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:**



Wagner do Couto – Pregoeiro.




José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.



Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.



Moacir Franco – Diretor Executivo

EMPRESAS PARTICIPANTES	ASSINATURA DOS REPRESENTANTES
SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME	

**ATA Nº 02/2022**

**ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022**

O Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP e a equipe de apoio, após análise da proposta apresentada pela empresa participante deste certame, tendo em vista o MENOR PREÇO GLOBAL da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital, Conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Resolve ratificar o resultado do presente pregão e adjudicar a seguinte empresa:

EMPRESA
SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME

O resultado do presente certame será levado ao conhecimento da autoridade superior para a devida homologação se achar de conforme.

Pouso Alegre/MG, aos 07 de Março de 2022.


**PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO**



Wagner do Couto – Pregoeiro.



José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.



Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

**ATA Nº 02/2022**

**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022**

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, no uso de suas atribuições legais, e ciente do parecer procedido pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, achando-o de conforme, homologa a seguinte empresa:

**EMPRESA VENCEDORA**

**SONDART SONDEGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME, VALOR TOTAL DE R\$ 1.588.680,50 (UM MILHÃO QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

a qual foi a vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital, conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Autorizando assim que seja realizado o contrato entre as partes licitantes.



**Ronaldo Laurindo Bueno**  
Presidente da AMESP

**Homologado em 07/02/2022.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2022****PROCESSO Nº 09/2022****PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022**

Aos 08 (oito) dias do mês de fevereiro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, brasileiro, casado, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8.347.682 SSP/MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 962.095.006-25, **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hélcio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça



Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPIUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, ° 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com

sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ÓRGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa **SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Joana D'Arc, nº 508, Sala 101, Bairro Alvorada, CEP.: 35.930-053, no Município de João Molevade, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 21.975.828/0001-35, neste ato representado pelo **Sr. Marcos Vinícius Gervázio**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº M-2.845.111 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 519.863.536-72, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES**, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** signatário da Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:**

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. A ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:****4.1. DO VALOR:**

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R\$ 1.588.680,50 (UM MILHÃO QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra a presente Ata de Registro de Preços.

**4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela DETENTORA e critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

#### 4.3. DO PAGAMENTO

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.



4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela DENTENTORA deverão consignar no campo de identificação do destinatário juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra/local onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.**

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** na ocasião da



abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

7.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

7.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

7.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE**

8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

8.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

8.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

8.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

8.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

8.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

8.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

8.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

8.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

9.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

9.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

9.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

9.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.



9.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

9.7. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

9.8. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.9. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

9.10. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.11. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

9.12. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

9.13. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

9.14. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

9.15. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

9.16. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.17. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.18. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

9.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

9.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

9.21. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

9.22. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

9.23. Preservar o passeio público, as tubulações de concessionárias de serviços públicos ou quaisquer outras interferências em áreas públicas, com reparação de eventuais danos ocasionados direta ou indiretamente, em decorrência da execução dos serviços previstos.

9.24. Utilizar material nas instalações contratadas atendendo o padrão de qualidade da concessionária de água local e órgãos municipais;

9.25. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

9.26. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO CONTRATUAL**

10.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

10.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

10.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que - porventura - venham solicitar sua adesão à mesma, sendo necessária a concordância do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2		
Item	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	



1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

**Para os itens a seguir, deixar de:**

6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

11.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

11.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.



2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.


#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.


Pouso Alegre/MG, aos 08 de Fevereiro de 2022.



**AMESP**  
**ORGÃO GERENCIADOR**  
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno




**BORDA DA MATA**  
**ORGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Afonso Raimundo de Souza



**BUENO BRANDÃO**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Silvio Antônio Félix



**CACHOEIRA DE MINAS**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria



**CAREAÇU**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

**CAMANDUCAIA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

**CARMO DA CACHOEIRA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Hércio Antônio Chagas Reis

**CONCEIÇÃO DOS OUROS**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

**CONGONHAL**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

**ESPÍRITO SANTO DOURADO**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Adalto Luiz Leal

**ESTIVA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Vagner Abílio Belizário

**INCONFIDENTES**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeita Rosângela Maria Dantas

**ROSILENE LIMA**  
Prefeito Municipal  
Poço Fundo - MG



**IPUIUNA**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

**JACUTINGA**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Melquíades de Araújo

**MONTE SIÃO**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Jesé Pocai Júnior

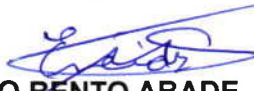
**NATÉRCIA**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas


**PARAISÓPOLIS**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Everton de Assis Ferreira

**POÇO FUNDO**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Rosiel de Lima


**SANTA RITA DO SAPUCAÍ**  
ÓRGÃO PARTICIPANTE  
Prefeito Wander Wilson Chaves




  
**SÃO BENTO ABADE**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Eneias Machado de Souza

  
**SÃO JOÃO DA MATA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

  
**SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

  
**SENADOR AMARAL**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira


  
**SENADOR JOSÉ BENTO**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

  
**TOCÓ DO MOJI**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito Givanildo José da Silva

  
**TURVOLÂNDIA**  
**ÓRGÃO PARTICIPANTE**  
Prefeito José Nelson Martins

  
**ROSIEL DE LIMA**  
Prefeito Municipal  
Poço Fundo - MG



  
**SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME**  
**CNPJ Nº 21.975.828/0001-35**  
**Marcos Vinicius Gervásio**  
**Representante**  
**EMPRESA DETENTORA**

  
  
  
**ROSIEL DE LIMA**  
**Prefeito Municipal**  
**Porto Firme - MG**

## Anexo I Ata de Registro de Preços nº 02/2022

<b>RAZÃO SOCIAL: SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI</b>							
ENDEREÇO: Rua Joana D'arc, nº 508, sala 101, Bairro Alvorada, João Monlevade/MG						E-MAIL: sondart.servicos@yahoo.com.br	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES.							
LOCAL: SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ							
REFERÊNCIA: SUDECAP NOV/2021				DATA: 07/02/2022		BDI: 27,56 %	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO - R\$		
					UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
<b>SONDAGENS E INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS</b>							
1.0		<b>SONDAGEM A PERCUSSÃO D= 2 1/2" (SPT)</b>					
1.1	65.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484: 2020)	UN	150,00	R\$ 919,90	R\$ 1.173,42	R\$ 176.013,00
1.2	65.01.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	12.950,00	R\$ 63,00	R\$ 80,36	R\$ 1.040.662,00
1.3	65.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	925,00	R\$ 169,00	R\$ 215,58	R\$ 199.411,50
<b>TOTAL DO ITEM</b>							<b>R\$ 1.416.086,50</b>
2.0		<b>SONDAGEM A TRADO D= 20 CM</b>					
2.1	65.02.01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	150,00	R\$ 5520,00	R\$ 704,13	R\$ 105.619,50
2.2	65.02.02	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	1.500,00	R\$ 35,00	R\$ 44,65	R\$ 66.974,50
<b>TOTAL DO ITEM</b>							<b>R\$ 172.594,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>R\$ 1.588.680,50</b>
<b>OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS OS ENCARGOS E IMPOSTOS.</b>							



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO**  
**MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**



**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata de Registro de Preços nº 01/2022, com a empresa SONDART SONDAGENS, FUNDAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ nº 21.975.828/0001-35 – Processo Licitatório nº 09/2022 – Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 01/2022 na forma de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital. Valor Total da Ata de Registro de Preços R\$ 1.588.680,50 (UM MILHÃO QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). Vigência: O prazo de vigência, objeto da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 08/02/2022. Dotações orçamentárias: As despesas referentes à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

**Publicado por:**  
**Moacir Franco**  
**Código Identificador:4499D85C**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 09/02/2022. Edição 3196  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

Ar.  
L.L.M.

**ROSIEL DE LIMA**  
Prefeito Municipal  
Poco Fundo - MG